



LUCIANA ROQUINI JULIACCI SANTANA

**DEMOCRATIZAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS NAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR? O CASO DOS CURSOS NOTURNOS EM UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL.**

**LAVRAS-MG
2018**

LUCIANA ROQUINI JULIACCI SANTANA

**DEMOCRATIZAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS NAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR: O CASO DOS CURSOS NOTURNOS EM UMA UNIVERSIDADE
FEDERAL.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do curso de Administração Pública,
para a obtenção do título de Bacharelado.

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS-MG
2018**

Agradecimentos

Os agradecimentos serão não apenas para o término deste trabalho, mas também do ciclo que se encerra junto a ele. Agradecer a minha mãe pela coragem e luta, é na sua simplicidade que entendo o significado da palavra caráter. As minhas irmãs, sobretudo a Carmem por ser a minha principal conselheira e companheira de luta diária. Aos familiares e amigos que torceram e acompanharam a minha trajetória, em especial ao meu querido Wesley, irmão que a vida-estrada me deu. Aos amigos de curso que transformaram o dia a dia da universidade mais leve Maria Fernanda, Fábio, Luan e Athos. Por fim, e não menos importante, a minha orientadora Nathália, que das orientações acadêmicas criou-se uma amizade baseada em respeito, estima e cumplicidade, obrigada por acreditar em mim, me abrir horizontes e me apresentar outros conhecimentos. Enfim, “pela lei natural dos encontros eu deixo e recebo um tanto.” Obrigada a todos por tudo e por tanto.

“Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá [...]
E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo pra lutar pelo o que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha, tem que ter escola
Ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio
Nem artista, nem polícia militar
Vocês vão ter que engolir e se entregar
Ninguém tira o trono do estudar”.

(Trono do estudar – Dany Black)

RESUMO

O acesso ao ensino superior público no Brasil sempre foi permeado por exclusões e desigualdades de acesso. De acordo com a tipologia utilizada na teoria de Bourdieu, o ensino superior se tornam espaços naturais para as classes superiores e médias de acordo com os habitus e capitais cultural, social e econômico. Já para as classes populares a exclusão e o não acesso se tornaram naturalizadas pelo distanciamento do capital adquirido por elas no decorrer de sua trajetória. Como diminuição desse sistema excludente, o ensino superior noturno se torna um fator importante para a diminuição das desigualdades educacionais, ao possibilitar que diversas classes sociais continuem a sua trajetória educacional, podendo conciliar o estudo ao trabalho. O papel do Estado, neste sentido, se torna fundamental para criar políticas públicas que impulsionem uma educação pública democrática. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI criado em 2007, veio ao encontro dessa necessidade de tornar a educação superior pública possível para classes populares que até então não tinham o direito a continuação da trajetória escolar garantido. Entre diversas ações possibilitadas pelo programa, uma foi a abertura de cursos noturnos no ensino superior público. O objetivo deste trabalho, portanto, foi analisar se, por meio da implementação dos cursos noturnos em uma universidade federal do interior de Minas Gerais, houve maior democratização de acesso à formação em nível superior. Para tanto, foi disponibilizado um questionário online para a participação dos estudantes dos quatro cursos criados pelo REUNI na IES estudada (Direito, Física, Matemática e Sistemas da Informação). A partir das análises teóricas e dos resultados obtidos pelas falas dos respondentes, traçamos uma reflexão de até que ponto foi democratizado o acesso ao ensino superior e de como se dá a permanência dos estudantes de classes populares no ensino superior público brasileiro, entendendo que há outros fatores relacionados à ruptura do processo democrático educacional, além da ausência do Estado na garantia desse direito. Através das análises identificamos que um desses fatores se dá na manutenção de privilégios de classes superiores e médias no ensino superior, através do funcionamento do sistema de ensino de forma exclusória que garante trajetórias educacionais distintas dos estudantes, desta maneira, a expansão democrática se faz limitante, é necessário ir além da abertura de vagas e propiciar possibilidades de permanência no ensino superior para os mais diversos estudantes que compõem esses espaços, garantindo assim um acesso democrático e irrestrito.

Palavras-chave: Sistema de Ensino, Democratização do ensino superior, REUNI.

ABSTRACT

Access to public higher education in Brasil has always been permeated with exclusion and inequality of access. According to the typology used in the Bourdieu's theories, higher education becomes natural spaces for upper and middle classes according to habitus and cultural, social and economic capital. To lower classes, on the other hand, exclusion and the lack of access have become naturalized due to the distance of the capital acquired by them throughout their life trajectory. As a way to lessen the impact of this excluding system, night classes become an important factor to decrease education inequalities by making it possible for numerous social classes to continue their educational path, being able to balance school and work. The role of the State, in this regard, becomes fundamental in creating public policy that boosts a democratic public education system. The Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) program created in 2007, came from the need of making public higher education possible for lower classes that up until then did not have the guaranteed right to continue their education. Amongst several acts made possible by the program is the opening of night classes in public higher education. The objective of this research, therefore, was to analyse if, through the implementation of night classes in federal universities in the countryside of Minas Gerais, there was more democratization in the access to higher education. To reach such a purpose, an online questionnaire was made available for the participation of students from four majors created by REUNI in the IES (higher learning institute) where the research took place (Law, Physics, Mathematics and Information Systems). Through the theoretical analysis of the results obtained from the respondents, we reflected on up to what point the access to higher education was democratized and how the permanence of students from lower classes in Brazilian public higher education occurs, understanding that there are other factors related to the rupture of the democratic education process beyond the absence of the State in guaranteeing such a right. Through the analysis, we identified that one of the factors is the preservation of the privileges of higher and middle class in higher education by the excluding system of study that guarantees distinct education trajectories for students. As such, the democratic expansion is limited, it is necessary to go further in the opening up of spots and making the possibility of staying in higher education to the diverse groups of students that make up these spaces possible, guaranteeing, therefore, democratic and unrestricted access.

Keywords: Education system, Democratization of higher education, REUNI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação socioeconômica dos vestibulandos da FUVEST.....	8
Quadro 2 – Aspectos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.....	22
Quadro 3 - Relação socioeconômica dos alunos respondentes do curso de Direito, Física, Matemática e Sistemas da Informação.	34
Quadro 4 – Motivação para o ensino superior.	41
Quadro 5 – Perfil dos Estudantes	46
Quadro 6 - O papel da universidade no discurso dominante.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados do site REUNI sobre o número de universidades federais pós a implementação do programa.....	22
--	----

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Referencial Teórico.....	12
2.1 A Educação como bem público: A constituição de 1988 na contramão da história.....	12
2.2 A Educação como Mercadoria: A Reforma do Estado e o ensino superior na década de 90.....	15
2.3 A Educação como bem público X A Educação como mercadoria.....	19
2.4 O Sistema de Ensino e A Redoma.....	25
3. Metodologia.....	32
4. Resultados e Discussões.....	34
4.1 Classes populares, médias e superiores: quem está no ensino superior?	34
4.2 O que nos trouxe até aqui? – A motivação para o ingresso no ensino superior.....	40
4.3 Do estudante ao trabalhador estudante – Perfil dos alunos.....	45
4.4 Democratização ou manutenção de privilégios?.....	50
5. Conclusão.....	56
6. Referências.....	60
7. Apêndice.....	63

1. Introdução

A educação brasileira é permeada em todo seu contexto histórico por privilégios. O ensino superior no Brasil teve seu início com a chegada da corte portuguesa, para atender as classes superiores¹. Ao longo do tempo, está foi sempre à premissa: atender aos fidalgos, aos filhos dos senhores de engenho, da elite industrial. Ao contrário dessas primeiras classes citadas, houve para as classes populares uma prestação de serviço educacional com pouca qualidade e tardia. E, para as classes superiores, carreiras vistas como promissoras, como advogados e médicos. E, para as classes populares, o aprendizado de um ofício para uma mão de obra qualificada para atender o mercado (CISLAGHI, 2010). Nesse sentido, podemos exemplificar de modo atual a reforma do ensino médio proposta pelo então presidente Michel Temer, retirando disciplinas como sociologia e filosofia, incluindo a base nacional comum curricular (BNCC) como eixo itinerário formativo formação técnica e profissional. Tendo como encaminhamento um ensino público tecnicista retirando conteúdos que formem cidadãos com criticidade perante a sociedade em que vive (CONGRESSO EM FOCO, 2017, S/P).

Essa diferenciação de oportunidades trouxe perdas inestimáveis para o desenvolvimento social e econômico brasileiro, já que se entende que a educação é base para modelar uma sociedade, para formar cidadãos cientes e capazes de entender seus direitos e deveres diante da sociedade em que vivem (DIAS SOBRINHO, 2013).

Diante da história descrita entre as classes sociais e o ensino superior, o Estado sempre teve e tem uma grande responsabilidade sobre os caminhos que foram dados para o rompimento ou continuidade dessas diferenças de tratamento e prestação de serviços educacionais no ensino superior. Através do enrijecimento ou flexibilização de uma determinada política pública, o Estado se torna o indutor da sociedade. De outra maneira, de acordo com as prioridades e diretrizes que o Estado atua ele produz um discurso, nas palavras de Paulo Freire, poderá ser excludente ou inclusiva. Portanto, a trajetória das políticas públicas na área de educação é complexa, iremos tratar, sobretudo, os acontecimentos posteriores ao período ditatorial e a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe outros ares para a garantia de direitos sociais.

Como descrito por autores como Souza (2009) e Cislaghi (2010), o processo histórico da educação no âmbito do ensino superior é cercado por exclusão e

¹ Será utilizado as conceituações de classes sociais superiores, médias e populares do livro A Reprodução Bourdieu e Passeron (1982).

desigualdades de acesso por grande parte da população brasileira. No início do Século XX, o Brasil apresentava um dos piores índices de acesso à educação superior na América Latina, cerca de 12% de jovens entre 18 a 24 anos estavam no ensino superior (COSTA et al, 2013). Ao longo das reformas do ensino superior, como a reforma modernizadora do período ditatorial (1968) ou reforma do aparelho do estado (1995) que alterou o papel do Estado sobre a educação, sempre prevaleceram certos privilégios como as IES públicas com maior qualidade no ensino ocupada pela elite, pessoas com poder aquisitivo maior e com isso maiores chances de acesso e oportunidades nesses espaços (SOBRINHO, 2010; CISLAGHI, 2010). Como exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), uma das maiores universidades públicas do Brasil, publicou a relação socioeconômica dos alunos aprovados no vestibular FUVEST. O perfil socioeconômico dos alunos que prestaram o vestibular para ingressar, nos cursos de direito, medicina e engenharia aeronáutica em 2017 é em sua maioria homens, brancos, solteiros, ensino médio em escolas particulares, entre 17 a 19 anos, sem nenhuma atividade remunerada, os pais com ensino superior completo e renda familiar em torno de 20 salários mínimos (FUVEST, S/P, 2017). Como mostra, o quadro abaixo foi organizado de acordo com o questionário socioeconômico feito pela instituição para os ingressantes do ano de 2017:

Quadro 1 Relação socioeconômica dos alunos da 1^o chamada do vestibular da FUVEST-USP.

Curso	Sexo	Est. Civil	Cor/Raça	Escola em que cursou Ensino Médio	Renda Familiar	Escolaridade dos pais	Não exerce atividade remunerada	Faixa Etária
Direito	60,5% Masculino	95,5% solteiro	79,2% Branco	70,05% Escola Particular	31,9% Acima de 20 Salários Mínimos	Pai (40,4%) e Mãe (41,3%) ensino superior completo	85,7%	17 (27,9%) e 18 (30,8%)
Medicina	56,3% Homens	100% Solteiro	71,2% Branco	65,8% Escola Particular	23,7% Acima de 20 Salários Mínimos	Pai (39,7%) e Mãe (43,1%) ensino superior completo	92,2%	18 (24,4%) e 19 (27,1%)
Engenharia Aeronáutica	85,0% Homens	100% Solteiro	70,0% Branco	72,5% Escola Particular	22,5% Acima de 20 Salários	Pai (25,0%) Pós	95,0%	17 (22,5%) e

ica				lar	Mínimos	Graduação o e (22,5%) ensino superior. Mãe (42,5%) ensino superior completo		18 (37,5 %)
-----	--	--	--	-----	---------	--	--	-------------------

Fonte: http://acervo.fuvest.br/fuvest/2017/FUVEST_2017_qase_1matr_car_fuvest_2017.pdf

Por outro lado, as IES privadas, tiveram dois momentos de um crescimento expressivo seria o primeiro durante o regime militar em que houve um aumento da demanda, sobretudo da classe média e como as vagas no IES públicas não conseguia suprir essa demanda, houve o crescimento no setor privado, e depois na década de 90, em que houve uma mudança nas estruturas governamentais e criou-se uma flexibilidade na oferta de ensino superior, acarretando uma grande expansão no ensino superior privado. Sendo assim, se tornaram espaços para as classes médias e populares que por conta da possibilidade de chances de crescimento e desenvolvimento pessoal (CISLAGHI, 2010).

Cabe salientar que a década de 1990 trouxe mudanças importantes no aspecto econômico. A década anterior foi marcada por problemas fiscais, gerou déficits e dívidas, assim, esses fatores acarretaram um aumento da taxa da inflação. Esse processo inflacionário da década de 1980 e início de 1990 teve como consequência uma instabilidade econômica que limitou o poder econômico das famílias brasileiras. Em 1994, como ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso coordenou a implementação do plano Real que, diferentemente dos outros planos anteriores (Plano Bresser, Plano Verão e Collor), foi efetivo na taxa de inflação levando a uma estabilidade econômica. O Plano Real mudou o cotidiano dos brasileiros, trouxe a estabilidade econômica e, em decorrência, houve um aumento do poder de compra, as famílias brasileiras puderam buscar outros bens de consumo além dos produtos básicos que eram a prioridade no período hiperinflacionário. Portanto, o contexto econômico foi importante para abertura da economia e criação de novos mercados como foi o mercado educacional (DINIS, 1996; PEREIRA, 1994).

Dessa maneira, o processo de expansão do ensino superior na década de 1990, foi ditado pelo mercado, o “boom” de instituições que surgiram de IES privadas tinham princípios mercadológicos, ou seja, o lucro sobrepuja a qualidade da educação ofertada. Gentili (1996), nomeia esse processo de integralização dos valores mercadológicos para

a educação como mcdonaldização. (Oliveira *et al*, 2009). Essa nomenclatura utilizada por Gentili se torna bem explicativa na forma que se configurou as reformas educacionais na década de 1990 com características bem semelhantes à da rede fastfood que se faz referência.

Como destaque podemos elencar a ideia de produção de serviços educacionais que se coloca como mercadoria a educação ofertada, em decorrência se forma um mercado escolar e seus consumidores de educação, buscando uma educação baseada na lógica neoliberal que avalia a educação por base competitiva e em mérito individual. Portanto, uma das palavras-chave anexada ao contexto educacional neoliberal é a eficiência e produtividade. Para tal, criam mecanismos de controle e normas para garanti-las. Todo esse processo educacional mercadológico tem como finalidade

garantir que o produto, no caso o aluno saia com todos os atributos que requer um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente (GENTILI, 1996).

Em meio a este cenário de desigualdade de acesso no qual se encontra o ensino superior brasileiro descrito acima, o ensino superior noturno se transforma em uma ponte para um desenvolvimento social mais igualitário na educação brasileira. Ao longo do contexto histórico, ele surge mais evidentemente dentro do ensino superior na década de 60, em que houve a criação de vagas no período noturno por conta do aumento da demanda pelo ensino superior, conforme dito no parágrafo acima (CISLAGHI, 2010; TERRIBLI, NERY, 2009).

Um ponto a ser destacado é que o ensino superior foi o último a ser ofertado no período noturno, levando em consideração que o ensino noturno no Brasil se iniciou no século XIX com educação de adultos e com uma expansão no século XX, nas décadas de 1940 e 1950. Sendo assim, o ensino superior noturno público no Brasil foi institucionalizado apenas recentemente pelas LDB, em dezembro de 1996 no governo FHC, que estabelece como sendo obrigatórias nas IES públicas.

Contudo, essa inserção na prática se deu quase dez anos depois com a criação do programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Este programa foi aprovado em 2007 como uma das políticas contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como um dos principais objetivos a ampliação do acesso às universidades federais (REUNI 2010). Essa ampliação, no primeiro momento, é entendida como uma forma de cumprir com o que foi estabelecido na Constituição de 1988, em que a educação é considerada um bem público e direito básico para todo cidadão. (BRASIL, 1988).

Entretanto, é necessária uma reflexão de até que ponto essa expansão possibilitada pelo REUNI e por outras políticas de expansão, implementada nos últimos anos, conseguiu romper com os privilégios das classes superiores no espaço das universidades públicas e se houve de fato a quebra das heranças sociais advindas dos períodos coloniais, em prol de uma educação baseada na igualdade de oportunidades indiferente às questões sociais e raciais. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar se, por meio da implementação dos cursos noturnos em uma universidade federal do interior de Minas Gerais, houve maior democratização de acesso à formação em nível superior. Ou seja, se houve, de fato, uma abertura democrática e um aumento das

classes populares nos cursos noturnos trazendo novos cenários dentro das instituições de ensino. Uma maior diversidade de alunos, com diferentes trajetórias e obstáculos (DIAS SOBRINHO, 2013).

A universidade na qual será o foco de pesquisa deste trabalho teve seu primeiro curso noturno em 2007, em razão do programa de reestruturação do governo federal. Dos dez novos cursos criados pela instituição por meio do REUNI, quatro foram no período noturno (Direito, Física, Matemática e Sistemas da Informação). Os outros quatro cursos noturnos (Administração Pública, Filosofia, Letras e Pedagogia), foram criados em meio a um projeto de expansão da universidade com o ministério da educação (ESIC,2018).

Em suma, no presente trabalho analisamos se por meio da implementação dos cursos noturnos citados acima houve a contribuição para uma democratização do ensino superior. Para isto, abordamos por meio de uma pesquisa bibliográfica a trajetória das políticas públicas de educação no ensino superior no Brasil, com ênfase nas políticas pós-redemocratização e a criação do REUNI, a trajetória da educação no período noturno e uma discussão baseada nas teorias de, Pierré Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre a educação no ensino superior e a relação de classes sociais. A Ralé Brasileira do sociólogo Jessé Souza foi outra obra utilizada para complementar as discussões acerca da sociedade brasileira. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizado um estudo de caso, focado nos alunos dos cursos noturnos de uma universidade federal do sul de minas para traçar o perfil dos mesmos. A partir disso, pretendemos ter um diagnóstico se a inserção dos cursos noturnos está contribuindo para uma educação mais democrática no âmbito do ensino superior ou se ampliamos o número de vagas no ensino superior público e mantivemos os privilégios das classes superiores.

2. Referencial Teórico

Para uma contextualização sobre o processo de desenvolvimento das universidades federais até a inserção dos cursos noturnos, iremos abordar neste tópico um panorama do ensino superior e as principais mudanças pós-redemocratização, mas especificamente os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). O recorte utilizado justifica-se pelas importantes mudanças ocorridas nesse período nas políticas públicas educacionais, os demais não serão detalhados pelas mudanças ocorridas serem difíceis de análise por ser muito recente, como o Governo Dilma (2011-2016) e Temer (2017-2018).

Essa pequena síntese histórica será baseada em estudos de outros autores como: Cislighi (2010) e Dias Sobrinho (2013), que trazem o panorama dos principais obstáculos para a democratização do acesso ao ensino superior. No primeiro tópico, será apresentado o contexto histórico de inserção da educação na Constituição Federal de 1988.

2.1 A Educação como bem público – A Constituição de 1988 na contramão da história

Após um longo período ditatorial, e um processo de redemocratização do país, nasce a constituição de 1988, nela tivemos uma ampliação da discussão de direitos básicos como a saúde, moradia e educação. Estabelece em seu artigo 205 que a educação é dever do Estado e direito de todos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 160).

Nesse sentido, a educação se estabelece como processo importante no desenvolvimento da cidadania da população brasileira. Além disso, essa conscientização do papel cidadão acarreta uma ampliação do processo democrático no país levando a um desenvolvimento social e econômico. Em certa medida, ela se torna ponto chave para diminuir as desigualdades sociais existentes na sociedade.

Para que se concretizasse o que foi estabelecido na Carta Magna, seria necessária uma ampliação da oferta do ensino público. Sobretudo, dentro do ensino superior. A desigualdade do acesso entre as classes sociais, não se dá apenas em nível quantitativo. No sentido de origem da educação como bem público, no amplo sentido do social em elevar a capacidade não apenas técnica do indivíduo como também ética e moral, a educação em prol da coletividade (DIAS SOBRINHO, 2013).

O importante é que a educação superior oferecida pelas instituições de educação superior públicas e privadas não seja um instrumento a mais

a reforçar a invasiva mentalidade mercantilista que grassa na sociedade atual, nem tampouco seja um serviço e um produto que beneficiam apenas aqueles que podem comprá-los, para uso próprio. (DIAS SOBRINHO, 2013, p.124).

Contudo, conforme Cislighi (2010) não foi essa a trajetória educacional das décadas seguintes à promulgação da Constituição Federal. No governo Collor, temos uma entrada da agenda neoliberal que rompeu com a ideia do Estado de bem-estar social que foi trazida dentro da constituição de 1988 pelos diversos movimentos sociais que a organizaram. A ideia de Estado mínimo que surgiu no período Collor enrijece os privilégios educacionais herdados do período colonial em que surgiram os institutos de ensino superior com a chegada da corte portuguesa para atender as classes superiores na sociedade daquela época.

Ainda de acordo com Cislighi (2010), o ensino superior se estabeleceu no Brasil, nos moldes de universidade, na década de 1920. A partir daí, tiveram momentos importantes, como a expansão do ensino superior na década de 50 em prol do movimento industrial da época, e a criação de órgãos de fomentos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –(CAPES) e O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –(CNPQ).

Além disso, houve a reforma educacional modernizadora no período ditatorial levando a uma organização das IES e expansão do número de vagas ainda que de forma tímida, atendendo principalmente a classe média. Há uma expansão das IES privadas para atender as classes populares e intensificação dos cursos profissionalizantes junto com o ensino médio, diminuindo a demanda das classes populares pelo ensino superior e demarcando ainda mais as diferenças entre as classes, uma vez que o profissional com maior nível de escolaridade tende a ter maior retorno financeiro pelo seu trabalho (PAULO NETO, 1990). Como afirma Cislighi, (2010, p. 74) “Percebe-se na reforma universitária do regime militar uma expansão de vagas, respondendo às pressões de ampliação da demanda tanto pela classe média quanto pelo sistema econômico que necessitava de recursos humanos”.

Essa expansão se dá de forma nova com a oferta do ensino superior noturno, surge a partir das faculdades criadas para ingressos de alunos que prestaram vestibular nas instituições públicas e não conseguiram ingressar por pouca oferta (TERRIBLI, 2007). De lá pra cá, o número de matrículas no período noturno tem se tornado bem significava, em 2015 o número de estudantes no turno noturno era de 62%

(FOLHA,2016). Com essa nova possibilidade, há uma abertura de estudantes de diferentes classes sociais adentrarem ao ensino superior, com a possibilidade de conciliar trabalho com estudos, que nos outros níveis de ensino, o turno noturno já tinha se consolidado no país.

Segundo Dias (2007, p. 48) “A primeira escola noturna no Brasil foi a São Bento, criada em 1860 no Maranhão, sendo que o ensino noturno tem sua origem na educação de adultos”. As primeiras escolas noturnas do Século XIX foram por iniciativas particulares, o ensino noturno só se fortalece na metade do século XX por conta das manifestações populares (TERRIBLI, NERY, 2009; TERRIBLI, 2007).

Conforme já dito anteriormente, nos anos 60 temos as primeiras faculdades noturnas no país, através delas temos novos perfis de aluno no ensino superior, Rommanielli (1995, p. 454,455) aponta pelo menos três tipos de alunos: 1) Estudante em tempo integral; 2) Estudante trabalhador e 3) Trabalhador estudante. Segundo o autor o primeiro se dedica inteiramente aos estudos e sua carreira profissional será praticada e desenvolvida a partir dos estudos que fizer.

A relação desse estudante e sua formação com a família é bem próxima, como afirma Rommanielli (1995, p.454) “Já que o projeto familiar se volta para garantir-lhe uma escolarização prolongada, livre de outras injunções”. O segundo perfil que a autora elenca tem uma atividade remunerada, mas ainda tem o apoio financeiro da família, esse estudante, assim como o primeiro tem como primeiro plano seus estudos sem grandes atribuições profissionais. Por último, o trabalhador-estudante seria aquele que não tem apoio financeiro familiar, Rommanielli (1995, p.456) afirma, “para esse universitário, o trabalho é extremamente importante, pois é fonte de rendimento para suprir suas necessidades pessoais e mesmo para ajudar a compor o orçamento doméstico, assegurando o consumo da família”.

Portanto para esta última classificação, os estudos ficam num segundo plano como uma espécie de investimento para uma melhora financeira e um crescimento profissional. Segundo Terribli (2007), essa classificação tem se modificado ao longo dos anos, atualmente há empresas que auxiliam financeiramente nos estudos de seus colaboradores, além das políticas públicas criadas para financiamentos, que serão mais detalhadas nos próximos tópicos.

Como foi possível observar, a partir das reformas educacionais da década de 1960 temos o início da oferta do ensino superior noturno, principalmente nas faculdades

particulares. Importante frisar é que neste momento, há um abismo entre as classes sociais no que tange ao acesso de direitos básicos, incluindo educação. Desta maneira, cabia para as classes populares as IES privadas como oportunidade de ascensão social, isso acarretou a uma migração dos estudantes-trabalhadores e dos trabalhadores-estudantes para o ensino superior privado por conta da oferta noturna.

No âmbito público essa oferta tem sido mais recente, nesse sentido, a exclusão das classes populares nos espaços das IES públicas se naturalizou, criou-se a ideia de que não caberia a elas um espaço no ensino público superior (DIAS SOBRINHO, 2013). Essa trajetória histórica descrita acima nos mostra a diferenciação de acesso à educação como direito, que cria um ciclo vicioso de outras desigualdades sociais, outras importantes reformas ocorreram nas décadas seguintes ao regime militar brasileiro. Contudo, é necessária uma reflexão do quanto elas romperam ou fortaleceram essa desigualdade de acesso ao ensino superior.

2.2 – A Educação como mercadoria - A reforma do Estado e o ensino superior na década de 90

O Governo Fernando Henrique Cardoso é marcado por uma reforma do aparelho do Estado idealizada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (1995-2002). Essa agenda neoliberal foi bem mais elaborada e concretizada nos oito anos de governo do que então se pretendia o governo Collor. Esta reforma teve como espelho outras experiências internacionais na década de 80 em países como, Inglaterra, EUA, Nova Zelândia. Essas reformas foram se formando ao longo de um processo de crise política e ideológica no mundo, questionando a ideia do Estado de Bem Estar Social e a sua capacidade. Desta maneira, fortaleceu-se a ideia de um Estado mínimo, de cunho gerencial que tivesse enfoque na eficiência. Para isso, era necessário cortar gastos “desnecessários” e levá-los para as mãos do mercado. Trazer novos moldes para os Estados se desenvolverem de acordo com as novas demandas de um mundo mais competitivo e globalizado (COSTA, 2000).

Os partidos conservadores buscaram implementar reformas no Estado, visando cortes nos benefícios sociais, programas de privatizações, políticas liberalizantes voltadas para o mercado, desregulamentação do mercado de trabalho, com a modificação das leis trabalhistas e previdenciária (COSTA, 2000, P.53).

Nessa linha que se desenvolve a reforma da gestão pública no período FHC, com o intuito de levantar o país economicamente e trazer mais eficiência para a gestão pública brasileira através das reformas econômicas e de Estado. Essa reestruturação foi baseada em quatro setores: 1º núcleo estratégico sendo os três poderes e o ministério público integrantes desse primeiro setor; 2º setor de atividades exclusivas do Estado, sendo o seu papel regular, fiscalizar e fomentar; 3º setor de serviços não exclusivos onde o Estado divide a atuação com organizações públicas não estatais e privadas. E é neste terceiro setor que se encontra as universidades (CISLAGHI, 2010; DOURADO, 2002). Essa mudança estrutural traz novas perspectivas da educação e o seu papel, nesse sentido, ela se torna um serviço do mercado, e se perde a essência do bem comum, para o individual competitivo (SOBRINHO, 2013). Como aponta Dourado (2002, p. 236) “Transformando direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania pelo culto às leis do mercado”. Essa mudança conceitual do papel da educação foi transformada por diversas ações do governo FHC com forte influência de órgão internacional como o Banco Mundial (BM).

A atuação do Banco Mundial sobre o ensino se tornou forte, sobretudo na década de 1980. Em vários documentos (Financing education in developing countries – An exploration of policy options - 1986, Higher education: He lessons of experience – 1994, He financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms – 1998 e Higher education in developing countries: peril and promise – 2000) o BM se posiciona fortemente para a educação mercantilizada e privatizada (DOURADO, 2002).

Como destaca Sguissardi (2005, p. 198) “O BM defende de forma exaustiva a famosa tese do maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior”. Dessa maneira, os investimentos do país devem se voltar prioritariamente para a educação básica, o ensino superior deve ser privatizado e diversificado, sendo papel do Estado criar novas formas de gestão e organização, regular e aplicar poucos recursos nesse nível de ensino e sobretudo nas IES privadas (DOURADO, 2002; SGUISSARDI, 2005).

E foi esse o processo dado na década de 1990 na educação brasileira. Desta maneira, a educação na era FHC é flexibilizada, abrindo espaço para a atuação do mercado. Segundo Cunha (2004) e Catani e Oliveira (2015) a LDB (Lei nº 9.394/96) de dezembro de 1996 e os decretos posteriores condicionam a criação de IES privadas e

enrijece o crescimento do setor público. Esse processo de flexibilização e diversificação do ensino superior teve grandes consequências, a primeira delas seria o crescimento do mercado de ensino. Como mostra Oliveira (2009) em seu artigo “A transformação da educação em mercadoria no Brasil” a educação se tornou uma mercadoria lucrativa não só no ensino superior, mas também no ensino básico, com a venda de materiais pedagógicos (sistema coc, objetivo, positivo).²

No ensino superior, o mercado se fez com apoios internacionais, umas das primeiras foram feitas pelo Grupo Pitágoras e a Apollo Internacional, de lá pra cá o mercado cresceu sob o oligopólio de algumas empresas como a Anhanguera, Estácio de Sá, Pitágoras, Kroton, entre outras. Esse mercado se tornou, portanto, lucrativo e concentrado, perdendo-se assim uma ideia da educação como papel social. Sguissardi (2008) ao lembrar uns dos grandes educadores do Brasil, Anísio Teixeira, afirma que a universidade se faz a cultura de um povo, forma intelectuais e desenvolve o conhecimento humano, sem esses percussores do papel da universidade o desenvolvimento de forma ampla se torna ameaçado (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2008).

De acordo com Dourados (2002), para uma atuação do Estado Regulador, houve um gerenciamento da educação. Para isso, houve a criação de vários decretos, como o 2.026/96, a lei 9.131/95 que regularizava avaliações das IES e dos cursos como o provão que teve vigência até 2003. E o ENEM para avaliar a qualidade do ensino médio. Dourado (2002) continua com o argumento de que essa linha de avaliação utilizada pelo governo não se alinha a um processo de desenvolvimento das instituições de ensino e sim, uma padronização e ranqueamento das mesmas, levando a uma ideia mercadologia e competitiva.

Conforme Sobrinho (2010, p. 202) “Os exames nacionais atendem bem as finalidades de medir a eficiência e a eficácia da educação segundo os critérios e as necessidades dos Estados neoliberais, em suas reformas de modernização, e do mercado”.

Além dessa ideia mercadologia, o Exame do Ensino Médio atribui o resultado obtido ao aluno que realiza o exame e não a trajetória e percalços que encontraram na vida educacional, levando assim a um abandono por parte do governo nas responsabilidades pelo sucesso e insucesso daquele indivíduo no exame, o exame

² Redes de empresas do ramo educacional especializadas em matérias pedagógicas com enfoque nos ensinos fundamentais e médio.

nacional de cursos também seguiu essa linha meritocrática de avaliação para a graduação que definia parâmetros da qualidade neoliberal do ensino oferecidos pelas instituições.

Contudo, a regulação e controle do Estado perante as instituições com notas baixas foram ineficientes, muito por conta da judicialização desse processo de avaliação das IES (SOUZA, OLIVEIRA, 2003; SGUISSARDI, 2008). Essa nova atuação limitada e economicista do Estado Regulador, na ideia de quase mercado perante a educação superior é preocupante no sentido que vai contra a preceitos da constituição de 1988 como a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e expansão. Como os decretos 2.306/97 e 3860/2001 que modificam e flexibilizam a educação superior (DOURADO,2002; SOUZA, OLIVEIRA, 2003).

A lei de diretrizes e bases da educação (LDB) e o plano nacional de educação (PNE) já aqui citados, trouxeram mudanças bem substanciais na gestão e concepção da educação em todos os níveis, como já citamos ao longo deste capítulo, diversificação, crescimento do ensino privado, mercadorização e oligopólio do ensino básico e superior, distanciamento do Estado através da diminuição de recursos, sobretudo no ensino superior, avaliações e ranking de instituições. Como explica Saviani (2010) ocorreu uma racionalidade financeira da educação, com o grave problema de financiamento em relação aos números de metas elencados no PNE. Por fim ele lembra (2010, p.392) “Educação é, pois, um bem de produção, e não apenas um bem de consumo”.

Outro fator importante da LDB para o foco deste trabalho é a obrigatoriedade estabelecida de ofertas no curso noturno nas IES públicas. Contudo, a lei neste aspecto não se consolida em prática, muito por todos os fatores discutidos, em consequência deles há o crescimento dos cursos noturnos pelo âmbito privado. Conforme (CUNHA, 2004):

Em 1995 FHC encontrou o ensino superior com 1,2 milhão de estudantes de graduação e o deixou com 3,5 milhões –um crescimento de 209% em oito anos! O alunado do setor público cresceu um pouco, mas foi o do setor privado que impulsionou essa curva ascendente. Se, ao início desse período, o setor privado respondia por cerca de 60% do efetivo discente, ao fim dele essa proporção subiu a 70%. O número de universidades públicas ficou estagnado, mas as privadas subiram de 63 a 84. E o de centros universitários, de zero a 77, dos quais 74 privados. (CUNHA, 2004, p. 809).

Essa mudança não apenas governamental, mas também no âmbito global, trouxe estudantes para o ensino superior de diferentes camadas sociais, contudo grande parte desses estudantes não conseguiam ingressar no ensino público, em razão da trajetória social e familiar que interfere no período educacional desses estudantes, muitas das vezes essas classes populares possuem um tempo muito menor na trajetória educacional que as demais, pois não se tratam de herdeiros com o direito à educação legitimada, tais razões foram detalhadas no 4º tópico. Para que não interrompessem o ciclo educacional grande parte adentrou nas IES privadas. Para abarcar esse público no ensino superior, o governo então lançou sua única política focalizada, o Fundo de Financiamento ao Estudantil do Ensino Superior (FIES), criando a possibilidade de financiamento da graduação e o pagamento posterior a conclusão do curso. Contudo a política dentro do período inicial tinha regras muito rígidas que dificultaram a promoção do programa para um número maior de estudantes (SOUZA, 2017; ALMEIDA).

Podemos observar que neste momento há um importante passo para a democratização do acesso ao ensino superior com a obrigatoriedade da oferta de cursos noturnos, entretanto com os decretos e diretrizes que abriram espaço para o mercado atuar no ramo educacional, e o enrijecimento do crescimento do setor público levaram a impactos condizentes com o passado educacional brasileiro. Pelo número restrito de vagas nas IES públicas e o contraste na trajetória educacional das classes sociais, não tivemos o ingresso das classes populares nesses espaços. Com a flexibilização da educação em que se expandiu as IES privadas, que em grande parte ofertavam cursos aquém da qualidade estabelecida, mas com preços atrativos, a classe popular encontra neste espaços uma forma de manter o processo educativo e se qualificar para um cada vez mais mercado competitivo.

No próximo tópico explicaremos como houve o crescimento significativo nas IES públicas através do REUNI instituído em 2007. Além disso, iremos relacionar as políticas educacionais para averiguar a continuidade e/ou ruptura da ideia de educação como mercadoria.

2.3–A Educação como bem público X A Educação como mercadoria

Pelo capítulo anterior, podemos perceber a grande mudança ocorrida no processo educativo no Brasil, a educação-mercadoria se consolidou trazendo outros aspectos ditos fundamentais na linha ideológica neoliberal, como produtividade,

competitividade, empreendedorismo e mudanças nas competências profissionais em razão do mercado cada vez mais globalizado como norteador da educação.

O grande perigo dessa linha é a exclusão de outros papéis que são fundamentais num processo educativo, a educação como direito social, como dever do Estado. Garantir uma democratização da educação, não só no nível superior, mas também em nível médio e fundamental. Democratização se compreende não só com aumento do número de vagas, mas a garantia das classes populares para que se conclua o processo educativo com qualidade, contribuindo assim com a formação cidadã e a ascensão econômica (DIAS SOBRINHO, 2010).

Essa linha neoliberal traz elementos meritocráticos para a educação, o que torna ainda maior a naturalização das desigualdades, se esquecendo da deficiência histórica da oferta da educação no país, principalmente para as classes populares que em grande parte não conseguem prolongar seu processo educativo. Como exemplo dessa discrepância de acesso, citamos na introdução deste trabalho a Universidade de São Paulo, sendo como uma das mais consagradas universidades públicas brasileiras. É, historicamente, uma instituição de ensino composta por um corpo discente de alunos oriundos das classes mais abastadas como grande parte do ensino superior público brasileiro (DIAS SOBRINHO, 2010, CISLAGHI, 2010).

A ausência do Estado em políticas públicas educacionais no decorrer dos séculos, as desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira e naturalização da exclusão das classes sociais nos espaços públicos educacionais se refletem no ingresso do ensino superior. Muitos jovens, oriundos das classes populares, internalizam como natural o não acesso a esses espaços, e como dito no outro capítulo as avaliações utilizadas para o ingresso nas universidades contribuem e muito para que essa exclusão se legitime ao focar no resultado do indivíduo sem lembrar das particularidades sociais, econômicas e culturais (SOUZA, 2017; DIAS SOBRINHO, 2010).

Como prossegue Dias Sobrinho (2010) como um dos parâmetros para o desenvolvimento e crescimento de uma nação, a redução das desigualdades de acesso à educação deveria ser um compromisso social entre Estado e sociedade para compreensão das raízes do processo de desigualdade socioeducativa e diminuí-lo. E, como já dito neste trabalho, o Brasil tem uma deficiência grande neste aspecto, em que, pelas palavras do autor é necessário que o Estado priorize algumas ações para que se tenham resultados em curto prazo.

Nesse aspecto, o governo sucessor ao Fernando Henrique Cardoso conseguiu ampliar o papel do Estado em relação ao ensino superior com reformas no programa iniciado em 1999, o FIES, criação do Programa Universidade para Todos –(PROUNI) e sobretudo a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – (REUNI) que abordaremos mais detalhadamente nos próximos parágrafos.

Conforme explicado no capítulo anterior, o FIES não conseguiu, em sua criação, abarcar um grande contingente de alunos, desta maneira as IES privadas que cresceram substancialmente, tinham em seu quadro um número grande de vagas ociosas.

Com o intuito de promover uma justiça social, o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o PROUNI em 2003. O programa tinha como público alvo alunos e professores de escolas públicas, indígenas e negros. Em decorrência conseguiu diminuir o número de vagas ociosas nas IES privadas (OLIVEIRA, 2009).

Além disso, diferentemente do governo FHC, o governo Lula conseguiu uma aproximação maior com a sociedade civil e com representantes das universidades federais do país. Nesse processo entrou em pauta a organização e estruturação da universidade pública, este movimento é denominado como universidade nova que visava principalmente o aprimoramento da matriz curricular das universidades (LIMA ET al, 2008).

Em meio a tantas mudanças no rumo da educação no Brasil nasce o REUNI, por meio do decreto 6.096 de 2007. Este programa é um dos que mais se aproxima do que se estabeleceu na carta magna de 1988 e da LDB em 1996, ao ampliar o ensino público superior. Portanto voltar à responsabilidade maior para o Estado e estimular a criação de cursos noturnos em diversas IES públicas além de criar 14 novas universidades como a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), UNILAB (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira), UFOB (Universidade Federal do Oeste da Bahia) localizadas no nordeste, possibilitando uma diminuição da desigualdade regional, sendo este também um ponto frágil da educação superior no Brasil, não apenas a desigualdade das classes sociais

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. (SITE DO MEC/REUNI, 2010, S/P).

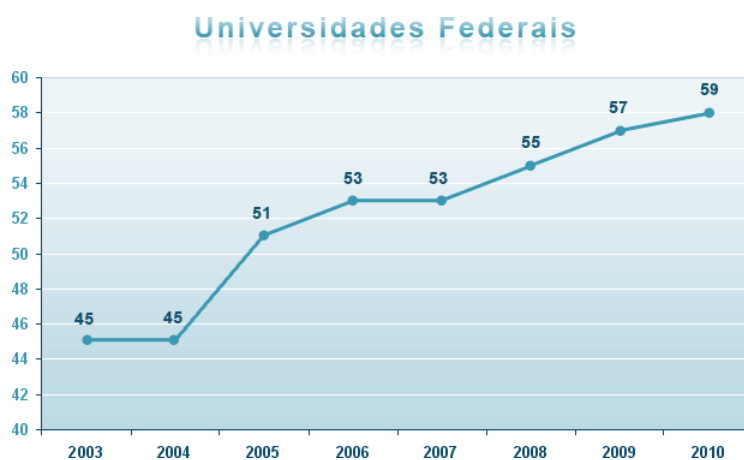


Figura 1 Dados do site REUNI sobre o número de universidades federais pós a implementação do programa.

Fonte: <http://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em 29/11/2017.

O REUNI também buscou através das suas diretrizes solucionar aspectos críticos da educação superior no Brasil, sendo alguns desses aspectos a evasão e o restrito acesso às universidades federais. Segundo Roberto (2011) o quadro a seguir traz todas as ações estabelecidas em cada objetivo do REUNI:

Quadro 2 Aspectos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Dimensões	Ações
Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; - Redução das taxas de evasão; - Ocupação de vagas ociosas.
Reestruturação Acadêmico-Curricular	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; - Reorganização dos cursos de graduação; - Diversificação das modalidades de

	<p>graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; -Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
Renovação Pedagógica da Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; -Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; - Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
Mobilidade Intrainstitucional e Interinstitucional	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior.
Compromisso Social da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas de inclusão; - Programas de assistência estudantil; - Políticas de extensão universitária
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Fonte: ROBERTO (2011).

É interessante notar que os aspectos elencados no programa, visam além da ampliação do número de vagas, criar condições de permanência dos estudantes no ensino superior ao longo da sua graduação que são pontos cruciais para desenvolver uma educação como direito social e promover uma justiça social no âmbito educacional.

Não há dúvidas de que houve uma expansão do número de vagas nas IES públicas, além do aumento dos cursos noturnos, contudo, ainda se prevaleceu as outras possibilidades mercadológicas utilizadas pelos governos anteriores com as parcerias com IES privadas através do FIES e exames como ENEM e ENADE, nos quais estabelecem diretrizes meritocráticas para avaliação do aluno e da instituição. A Educação como mercadoria ainda se torna presente mesmo com as políticas adotadas pelo governo Lula, sendo em grande parte um caminho para as classes populares, que buscam continuidade dos estudos sem conseguirem ingressarem no ensino superior público (DIAS SOBRINHO, 2010, CISLAGHI, 2010). Mas, isso demonstra que há outros problemas educacionais, sobretudo no ensino médio público para que essa expansão do ensino superior chegue as classes populares:

Em primeiro lugar, é preciso atacar os problemas do ensino médio no Brasil. A queda do ritmo de crescimento no ensino superior apontada acima mostra que há uma redução potencial da demanda e isto está claramente vinculado aos constrangimentos impostos pelo mau desempenho do ensino médio. O acesso ao ensino fundamental está praticamente universalizado (98%), mas ainda não se conseguiu que todas as crianças concluíssem os oito anos de escolaridade obrigatória. A taxa de conclusão no ensino fundamental é muito baixa. Em 2009, para a 4ª série, a taxa de conclusão era de 87,6% e reduzia-se para 63,4% na 8ª série com jovens até 16 anos. No ensino médio, a taxa de conclusão era de 66,6% para jovens até 19 anos (MEC/INEP, 2010). Essa realidade é um dos maiores gargalos da educação brasileira. Outro dado relevante é a concentração da matrícula no ensino fundamental, de 87,2%, e no médio de 88,1%, na rede pública, enquanto no ensino superior a relação se inverte, com uma matrícula em torno de 75% na rede privada (PNAD/IBGE, 2010; MEC/INEP 2010). (Neves, 2012, p. 16).

Conforme apontado por Neves (2012), há um grande problema estrutural na educação pública brasileira, influenciada por várias questões sociais, uma delas é a marginalização e a subcidadania das classes populares e a falsa ideia de meritocracia.

Portanto é necessário discutir mais a fundo o papel da escola como um todo para entendermos um pouco do porquê que a ampliação do ensino superior público não se fez como parte das resoluções da desigualdade de acesso. Nesse sentido no próximo

tópicos propomos uma reflexão sociológica das desigualdades sociais e o papel da escola nessa questão.

2.4 O Sistema de Ensino e A Redoma

As desigualdades sociais no acesso e permanência no sistema de ensino expostas ao longo deste trabalho foram temas discutidos por diversos autores, entre eles vamos evidenciar o sociólogo brasileiro Jessé Souza e o sociólogo francês Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron e suas respectivas obras *A Ralé Brasileira*, *Os Herdeiros* e *A Reprodução*. Essas três obras auxiliam a entender como o sistema de ensino tem sido uma instituição importante na reprodução das desigualdades sociais. *A Reprodução* e *Os Herdeiros* por serem marcos na área da sociologia da educação e *A Ralé Brasileira* por proporcionar uma análise da sociedade brasileira.

Em meios as mudanças da sociedade global e capitalista, há uma palavra entre várias que se tornaram sinônimo de sucesso: Meritocracia. “Na acepção mais comum, designa um modelo em que se progride social e economicamente com base em qualidades pessoais. De acordo com essa visão, a meritocracia premia o esforço individual, que se sobreporia a fatores externos” (NEXO, 2017, S/P).

Entretanto, a primeira vez que o termo foi utilizado não foi como forma positiva e sim de maneira crítica. Segundo o Jornal NEXO, o termo originou de um livro do sociólogo britânico Michael Young, no qual criticava a forma de avaliação das escolas britânicas. De lá pra cá o termo ganhou outro significado, criaram uma respeitabilidade na qual se utiliza muitas das vezes para legitimar privilégios e naturalizar desigualdades. É cruel se utilizar o termo meritocracia, no momento em que temos realidades tão distintas, não é possível avaliarmos mérito por exemplo, quando há crianças de 10 anos, com todo aporte para o seu crescimento social, econômico e afetivo e outra criança em meio a um ambiente vulnerável tendo que se sustentar para sobreviver. Ainda assim é utilizado o termo, sobretudo nos ambientes escolares.

Bourdieu e Passeron na obra *Os Herdeiros* (1964) colocam em cheque a meritocracia ou ideologia do dom, esboçando um trabalho valioso para a sociologia da educação, ao descrever a falsa neutralidade do sistema escolar e a origem social que interfere de maneira significativa na trajetória escolar das classes sociais. Nesse sentido, cabe destacar que a trajetória escolar está relacionada intrinsecamente com o indivíduo,

seu ambiente familiar e sua classe social. Cada classe social dispõe de alguns hábitos e costumes nos quais configuram os indivíduos que a compõem, portanto, as classes sociais populares, médias e superiores não diferem apenas na questão econômica, mas também cultural e social. É nesse sentido que se desdobra a teoria dos autores sobre a influência do sistema escolar.

Para os autores, os membros das classes populares tem uma propulsão de serem eliminados muito mais cedo da trajetória escolar que os membros das classes médias e superiores, não apenas por aspectos econômicos, mas também culturais e sociais, nos quais serão detalhado nos próximos parágrafos. E, para aqueles que conseguem romper o ciclo vicioso tendem a ter uma restrição de escolha, com a concentração de classes populares em cursos mais desprestigiados. Além da questão da classe social, há também a relação de gênero, por diversas construções sociais, as mulheres tiveram que desempenhar papéis que acarretaram um afastamento do sistema de ensino. Para as mulheres se tornam ainda mais difícil o acesso a determinadas carreiras. Outros fatores devem ser elencados como determinantes para o sucesso ou fracasso da trajetória escolar, como a questão geográfica, na pesquisa realizada pelos autores o aspecto geográfico também seria um facilitador para alguns estudantes franceses. Para estudantes parisienses a aquisição do capital cultural e social reproduzidos no sistema de ensino se torna natural em relação aos estudantes de outras regiões francesas. Em suma, para as classes superiores e médias se tornam algo natural o ensino superior, para as classes populares, uma conquista através de quebra de grandes barreiras, sendo não apenas o fator econômico, como também cultural e social.

É neste ponto que se torna uma das maiores contribuições dos autores, ao questionar a neutralidade do sistema de ensino e proporcionar um estudo que demonstra que aspectos econômicos, sociais e culturais determinam a trajetória educacional, além do aspecto individual. Para as classes populares se torna um lugar diferente o ensino superior, pois não há identificação com a cultura e hábitos que incorporaram através da sua trajetória como indivíduo. Essa bagagem cultural deve ser substituída pela cultura erudita reproduzida no sistema de ensino, essa incorporação de novos hábitos, é denominada pelos autores de aculturação, que logo seria o afastamento da cultura original e o esforço de adquirir e subtrair essa nova cultura. Esse esforço para adquirir e adaptar aos hábitos reproduzidos no ensino superior são muitas vezes vistos como algo

negativo, como a falta do dom natural. (BOURDIEU E PASSERON, 1964 apud NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2015).

Essa tese se aprofunda em *A Reprodução* (1970). Nesse livro os autores seguem de uma forma mais linear a teoria com a criação de alguns conceitos.

O ambiente familiar assim como o ambiente escolar se entende como o ambiente propício para o crescimento moral e social do indivíduo. Entretanto, grande parte das crianças vinda das classes populares não possuem os mesmos estímulos de desenvolvimento como das classes médias e superiores. Isso se torna um peso no momento que começam as interações com a sociedade, no ambiente escolar. Esses indivíduos sentem-se diferentes nesse ambiente por não possuírem o comportamento tido como adequado.

Este primeiro ambiente, o ambiente familiar seria o ambiente primário em que inserimos determinado *Habitus*³ de um determinado grupo social, essa *Inculcação*⁴ de *Habitus* ocorre por meio do Trabalho Pedagógico⁵ (TP) dos pais e familiares que se valem da Autoridade Pedagógica (AuP) para que legitime as Ações Pedagógicas⁶ (AP). Portanto, o capital cultural, social e econômico adquirido no TP primário se diferem nas classes superiores, médias e populares.

O Sistema de Ensino⁷ e sua estrutura social, reproduzem a cultura das classes dominantes através das ações pedagógicas que são utilizadas pelas autoridades escolar⁸ como professores e diretores da instituição de ensino para a inculcação de hábitos das classes dominantes. O ambiente escolar é tido como um ambiente acolhedor, neutro, aberto para que os indivíduos que estão inseridos se desenvolvam. Contudo, conforme os autores nos esclarecem, muitas das vezes é um ambiente hostil para as classes populares. Em meio ao processo de transição do ambiente familiar para o escolar, há

³Habitus: Denomina como um conjunto de valores, crenças e costumes de uma determinada classe social (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

⁴ Inculcação: Ação Pedagógica, na qual ocorre o processo de inculcação (introdução) de princípios, regras, valores de uma determinada classe social, pode ocorrer na esfera familiar, social ou institucional (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

⁵ Trabalho Pedagógico TP: Consiste na inculcação de *habitus* de um determinado grupo, trabalho a longo prazo que é produzido pela AuP através de AP em uma instância (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

⁶ Ação Pedagógica AP: uma violência simbólica (imposições de significação a ponto de torna-las legítimas), pois impõe um arbitrário cultural de uma determinada classe, pode ocorrer na esfera familiar, social ou institucional (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

⁷ Sistema de ensino SE: sistema de ensino institucionalizado com regras e princípios estruturados para o funcionamento de forma a (re)produzir tais valores (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

⁸ Autoridade Escolar Aue: Autoridade pedagógica institucionalizada, autoridade de um sistema de ensino (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

uma exclusão das classes populares por não estarem próximas do TP secundário e do habitus produzido pelo SE.

Há a falsa ideia de neutralidade na qual as instituições vivem, muita das vezes acredita que o sistema de ensino é feito por uma instituição autônoma e independente que consegue se colocar neutra diante da estrutura social em que a compõem. Desta maneira, acredita-se que o TP efetuado nessas instituições não refletem o habitus de grupos dominantes e isso faz com que a violência simbólica⁹ não seja identificada pelos agentes e grupos dominados pelos habitus produzidos pelas mesmas. Como sintetiza Almeida (2005, p.146) “Dessa forma, a escola obscurece a realidade e exclui o reconhecimento da sua força simbólica, concedendo uma aparência natural aos seus procedimentos, discursos e práticas na inculcação do arbitrário cultural”. Conforme Rosendo, (2009, p.21) “O principal meio de auto perpetuação de que a escola se dispõe é o exame”, além disso, “O exame também é encarado como uma forma de que a escola tem de impor a sua autoridade e poder”. Através do exame a escola justifica a eliminação das classes populares, inserindo como justificativa a falta de dom do indivíduo.

Os processos de seleção se tornam processos excludentes, nos quais legitimam essa separação de uma maneira que naturaliza as desigualdades de acesso ao sistema de ensino. Em síntese, o SE através dos exames seleciona e exclui as classes populares e criam a falsa ideia da ideologia do dom ou de outra maneira, a meritocracia. Assim, entendemos que o SE se torna uma espécie de redoma dos habitus das classes sociais dominantes e auxilia na perpetuação e manutenção das desigualdades sociais, ao selecionar os indivíduos que devem continuar o ciclo de aprendizagem e aqueles que não possuem qualidades para o mesmo, nos auxiliando a entender do quão complexa e delicada é a desigualdade de acesso ao ensino superior.

Direcionando a complexidade e singularidade da realidade brasileira em relação as desigualdades sociais, nos voltemos a teoria do sociólogo Jessé Souza. Uma das primeiras obras do autor a adentrar nas causas da desigualdade social no Brasil foi o livro *A Ralé Brasileira* (2009), nele Jessé traça características da formação da sociedade brasileira, discute as principais teorias de sociólogos importantes na trajetória brasileira, sobre o perfil do brasileiro e como isso perpetuou e enraizou as desigualdades sociais.

⁹ Ato de inculcação (introdução) de ideias e hábitos através da Ação Pedagógica por uma Autoridade Pedagógica (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

Um dos principais pontos a serem destacados nessa triste promoção da desigualdade que se fez o Brasil é o tardio processo de abolição, uma vez que este foi o último país da América Latina a extinguir a escravatura. Tal processo se fez de modo pouco disposto a auxiliar os ex-escravizados, deixando assim marcas profundas na sociedade brasileira, marginalizando esses indivíduos e como Souza (2009) detalha, tornando-lhes uma espécie de subcidadãos. Esse ponto, entre outros, como as políticas sociais, também tardias no Brasil, expandiu uma ruptura social desses indivíduos que são denominados pelo autor como a ralé brasileira, este termo como o próprio explica, não se faz de modo pejorativo em relação aos indivíduos, muito pelo contrário, de modo lógico e detalhado o autor explica que as críticas são muito mais direcionadas as classes médias e superiores do Brasil.

O abandono social dessas classes se tornou uma das questões mais emblemáticas para o autor, pois dessa forma, como já citado, se tornam a classe popular brasileira, subcidadãos com pouco acesso a direitos fundamentais e pessoas estigmatizadas e pouco compreendidas pelas outras parcelas da sociedade. Como subcidadãos, esses indivíduos se tornam pessoas com baixas auto estima e pouca perspectiva de crescimento social e econômico e perpetua essa visão e naturalização da desigualdade para as demais gerações.

Com o pouco acesso a direitos e oportunidades de desenvolvimento, muitas das vezes temos como característica familiar a desestruturação dessas famílias, não cabe aqui detalhar tal temática em razão de não ser o foco deste trabalho, mas como umas das exemplificações desta desestrutura é o abandono parental e o protagonismo feminismo familiar como atores sociais mães e avós (COSTA et al, 2005). Diante de todas essas questões delicadas e complexas da desigualdade social brasileira, Souza (2009) promove uma relação ao debate feito por Bourdieu e Passeron em *A Reprodução*.

O autor intitula o SE escolar brasileiro como “A má fé institucional”, ao legitimar a desigualdade de acesso da ralé na escola através da violência simbólica, e garantir a permanência das classes média e superior na trajetória escolar, desenvolvendo e promovendo o capital cultural e econômico entre os mesmos. Nesse sentido, para A ralé, a escola se torna um ambiente pesado e pouco atrativo, muito em razão da forma como é interiorizada o papel da escola no ambiente social e familiar em que vivem.

Como descrito acima na teoria do Bourdieu e Passeron, há uma discrepância entre o capital cultural dos indivíduos das classes superiores e médias em relação a

classe popular, ou ralé como denominado por Jessé, nessa diferenciação de capital cultural, a escola se torna ponto de perpetuação do habitus dominante, ou seja do capital cultural da classe superior e média brasileira, nesse sentido, quanto mais se avança no processo educativo, mas se torna delicado e difícil a permanência da ralé no mesmo. Em razão dessa legitimação da desigualdade e falta de acesso da ralé, o direito passa a ser privilégio na sociedade brasileira, o que poderia ser tido como ponte de desenvolvimento social se torna reforço de desigualdade social.

Contudo, conforme dito acima nos tópicos anteriores a esse e como tema central deste trabalho. Houvemos uma modificação importante na atuação do Estado nos últimos 16 anos na sociedade brasileira, sobretudo na promoção de políticas sociais inclusivas que promoveu uma ascensão significativa da parcela da ralé, na qual Souza (2012) descreve em livros posteriores como batalhadores. Esses batalhadores são indivíduos que conseguiram uma pequena ascensão econômica e em função dela, passaram a ter acesso a serviços e direitos até então dominados pelas classes médias e superiores.

Alguns economistas e sociólogos denominam como a nova classe média, contudo, como Jessé descreve há uma luta pela permanência dessas conquistas muito maior que a classe média. Esses indivíduos se desdobram entre serviços diversos conciliando muitas vezes com estudos em período noturno, para uma consolidação e ascensão social. Em síntese,

Os “batalhadores”, na sua esmagadora maioria, tiveram de trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em universidades privadas à noite. Sem acesso aos conhecimentos altamente valorizados que permitem a reprodução do mercado e do Estado – que garantem bons salários e muito reconhecimento social e prestígio às classes médias – os batalhadores “compensam” esta falta com extraordinário esforço pessoal, trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais, sem pagamento de impostos. O que explica essa persistência e capacidade de resistência é a construção de uma sólida “ética do trabalho” que pressupõe a incorporação de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, onde o futuro e a busca por uma vida melhor compensam qualquer sacrifício no presente (SOUZA, 2011, p.5).

Portanto, para os batalhadores que conseguiram romper uma pequena partícula da redoma na qual utilizamos como analogia a permanência do discurso dominante nas instituições de ensino e também na estrutura social, é muito maior os sacrifícios feitos

para permanência dessa conquista. Nesse sentido, o dia-a-dia dos batalhadores são desgastantes ao conciliarem os estudos como formam de ascensão social e a dificuldade de adentrarem em um universo de certa maneira diferente daquele que eles e seus familiares conhecem e vivem.

Uma dessas conquistas é a abertura das IES públicas pelo programa REUNI, tanto no sentido quantitativo com expansão de vagas e questões geográficas, como qualitativas como abertura de cursos noturnos. Voltando ao objetivo central do trabalho que é entender se houve uma maior democratização de acesso à formação em nível superior. Ou seja, se houve o ingresso dos batalhadores no ensino superior público brasileiro e quais foram suas maiores conquistas e dificuldades nesse sentido.

Com todo o aporte teórico utilizado até então, iremos discutir e refletir através das falas dos alunos de uma instituição federal, entender como é o processo educativo e a permanência na instituição.

3 Metodologia

Esse trabalho se caracteriza como qualitativo, pois buscou analisar se por meio da implementação dos cursos noturnos em uma universidade federal do interior de Minas Gerais, houve maior democratização de acesso a formação em nível superior. Ao trazer o panorama da educação superior no Brasil, sobretudo sobre os cursos noturnos, leva a uma reflexão importante sobre as políticas educacionais e a sua efetividade na diminuição das desigualdades. Portanto, será feito um estudo descritivo. De acordo com Gil (2008, p.28) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Este trabalho também abordou leituras através de uma pesquisa documental que abarca atos normativos, portarias que forneçam informações sobre quais cursos foram criados na universidade que foram analisadas para entender estruturas sociais e principalmente a estrutura de ensino que foram desenvolvidas, que são de suma importância para entender a mudança no quadro social e educacional desta instituição.

Para que se entenda toda essa dinâmica social, fizemos um estudo de caso em uma universidade federal do sul de Minas. Sendo de grande relevância esse estudo por conta da criação dos cursos noturnos serem recentes, a partir de 2007. O estudo de caso é caracterizado por ser um estudo em que o pesquisador investiga detalhadamente um fato ou evento (YIN,2001).

A coleta de dados dispôs de aplicação de questionário por meio eletrônico, a fim de integrar conteúdo ao estudo. Num primeiro momento, foi aplicado um questionário semi-estruturado (Apêndice A) para 400 estudantes de todos os cursos de graduação ofertados no período noturno, sendo no momento deste trabalho 2.301 o universo dos alunos do noturno. Para consolidação do objetivo e recorte utilizado nesta pesquisa, as análises foram feitas dos cursos noturnos criados através do programa REUNI, sendo eles Direito (92), Física (19), Matemática (31) e Sistemas de Informação (42), totalizando 184.

Foi disponibilizado o questionário semi-estruturado através do google drive e enviado por email para os estudantes o link nos email's institucionais. Este foi disponibilizado entre Abril e Junho de 2018. Com intuito de caracterizar os sujeitos de

pesquisa, se dividiu entre questões socioeconômicas e questões sobre a trajetória educacional do respondente.

A análise dos dados coletados foi feita a partir da análise de conteúdo, para uma melhor análise do perfil socioeconômico dos alunos, além de aspectos socioeducativos. Este tipo de metodologia, nos auxiliou a um estudo aprofundado do material coletado, já que se entende conforme Bardin (2011, p. 47), “este método permite a indução do conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidos) destas mensagens”. Para uma análise detalhada das respostas obtidas dividimos em quatro grupo de temas a serem discutidos, sendo eles:

- Perfil socioeconômico dos alunos noturnos, neste requisito pretendeu compreender aspectos como raça, gênero, classe social (baseado em critérios econômicos como renda familiar e social através de questões como e em qual instituição foi cursado o ensino médio, escolaridades dos pais e renda familiar);

- Motivação para ingresso ao ensino superior, esse tópico se relaciona com rompimento e continuidade da trajetória educacional e todas anuances ocorridas de acordo com a classe social que se encontra o respondente, na qual é abarcada na teoria bourdiniana, mas detalhadamente no livro Os Herdeiros, nesse sentido também engloba o incentivo familiar;

- Perfil dos alunos: 1) Estudante em tempo integral. 2) Estudante trabalhador e 3) Trabalhador estudante. Nesse discutimos de acordo com contribuições de Rommanielli (1995) sobre a tipologia e característica de cada estudante e como se dá a sua trajetória educacional no ensino superior a partir disso pelas contribuições de SOUZA (2009, 2012) e Bourdieu e Passeron (1968,1970).

- O papel da universidade na reprodução do discurso dominante: este tópico relacionaremos as discussões de Bourdieu e Passeron do livro A Reprodução e o programa REUNI.

Todos esses pontos elencados contribuíram para o estudo teórico empírico deste trabalho. Além de trazer uma reflexão, podendo abrir outras questões para outros estudos sobre desigualdades no acesso ao ensino superior público no país.

4 Resultados e Discussões.

4.1 Classes populares, médias e superiores: quem está no ensino superior público?

Os cursos de Direito e Física foram criados em 2010, sendo no 1º semestre de 2018 590 matriculados no curso de Direito e 134 no curso de Física. Nesta pesquisa tivemos 92 respondentes de Direito e 19 respondentes de Física. Já os cursos de Matemática e Sistemas da Informação foram criados em 2007, sendo no 1º semestre de 2018 156 e 284 matriculados respectivamente. Sendo 31 e 42 respondentes respectivamente.

No quadro a seguir, estão descritos fatores que ajudam a traçar o perfil dos estudantes de tais cursos.

Quadro 3 Relação socioeconômica dos alunos respondentes do curso de Direito, Física, Matemática e Sistemas da Informação.

Curso	Sexo	Est. Civil	Cor/Raça	Escola em que cursou Ensino Médio	Renda Familiar	Escolaridade dos pais	Não exerce atividade remunerada
Direito	60 (65,22%) mulheres e 32 (34,78%) homens	88 solteiro(a) (95,65%) casado(a)s (3,25%) e 1 (1,10%) em união estável	61 branco(a)s (66,30%), 25 pardo(a)s (27,17%), 5 Negro(a)s (5,43%) e 1 (1,10%) não respondeu	39 (42,40%) em escola particular sem bolsa. 28 (30,43%) em escola pública 17 (18,48%) em escola particular com bolsa 8 (8,69%) Outros	31 (33,69%) de 5 à 8 SM, 24 (26,09%) de 3 à 5 SM, 20 (21,74%) superior à 8 SM, 15 (16,30%) Até 3 SM e 2 (2,17%) Outros.	52 (28,26%) ensino superior completo, 49 (26,63%) ensino médio completo, 38 (20,65%) pós graduação, 22 (11,96%) ensino fundamental incompleto e 23 (12,50%) outros.	68 (73,91%), não trabalha e os gastos são custeados, 16 (17,39%) trabalha, mas não é independente financeiramente e 8 (9,45%) trabalham e são independentes financeiramente ou responsáveis pelo sustento familiar.

Física	10 (52,63%) homens e 9 (47,37%) mulheres	15 (78,96%) solteiros, e 2 (10,52%) casado e 2 (10,52%) união estável.	8 (42,10%) brancos, 6 (31,59%) pardos, 4 (21,05%) negros e 1 (5,26%) não respondeu.	17 (89,47%) em escola pública e 2 (10,53%) em escola particular, sendo um com bolsa e o outro não.	12 (63,16%) até 3 SM, 4 (21,05%) de 5 à 8 SM, 2 (10,53%) de 3 à 5 SM e 1 (5,26%) superior à 8 SM.	12 (63,16%) ensino fundamental incompleto, 9 (47,37%) ensino médio completo, 8 (42,10%) ensino superior completo, 4 (21,05%) ensino médio incompleto e 2 (10,53%) pós graduação .	11 (57,89%) não trabalham, 4 (21,05%) trabalham, mas não é independente financeiramente, 3 (15,79%) trabalham e são responsável financeiramente e 1 (5,26%) trabalham e são independente financeiramente.
Matemática	19 (61,29%) são mulheres e 12 (38,71%) homens.	25 (80,64%) solteiros, 4 (12,90%) casado, 1 (3,23%) separados e 1 (3,23%) união estável.	19 (61,29%) brancos, 10 (32,26%) pardos e 2 (6,45%) negros.	27 (89,09%) todo em escola pública, 3 (9,67%) todo em escola particular sem bolsa e 1 (3,22%) maior parte em escola pública .	25 (80,64%) até 3 SM, 2 (6,45%) de 3 à 5 SM, 2 (6,45%) de 5 à 8 SM, 1 (3,23%) superior à 8 SM e 1 (3,23%) não respondeu.	30 (48,39%) ensino fundamental incompleto, 16 (25,80%) ensino médio completo, 6 (9,68%) ensino médio completo, 5 (8,06%) ensino fundamental completo e 5 (8,06%) outros.	22 (70,96%) não trabalham, 9 (29,04) se dividem entre trabalham e são responsáveis pelo sustento familiar, independente financeiramente e não independentes.
Sistemas da Informação	33 (78,57%) homens e 7	37(88,10%) solteiros, 2 (4,76%)	21 (50%) brancos, 18 (42,86%) pardos e 3 (7,14%)	30 (71,43%) Todo em	17 (40,48%) até 3 SM, 13 (30,95)	29 (34,52%) ensino fundamental	12 (36,36%) trabalham mas não são independentes, 9

	(21,43) mulheres.	casado e 3 (7,14%) união estável.	Negros.	escola pública, 5 (11,90%), 3 (7,14) maior parte em escola particular, 3 (7,14) todo em escola particular com bolsa, 1 (2,39) maior parte em escola particular com bolsa.	% de 3 à 5 SM, 10 (23,81%) de 5 à 8 SM e 2 (4,76%) superior à 8 SM.	incompleto, 14 (16,66%) ensino médio incompleto, 12 (14,28%) ensino médio completo, 10 (11,90%) ensino superior completo, 9 (10,71%) ensino fundamental completo, 8 (9,52%) pós-graduação 2 (2,38%) ensino superior incompleto.	(27,27%) não trabalham e seus gastos são custeados, 7 (21,21%) trabalham e são responsáveis pelo sustento familiar e 5 (15,15%) trabalham e são independentes financeiramente.
--	-------------------	-----------------------------------	---------	---	---	---	--

O curso de Direito tem em sua maioria mulheres em seu quadro estudantil. No que se refere ao estado civil maioria são solteiros. No aspecto étnico a sua maioria são brancos. Trajetória escolar, a maior parte dos respondentes frequentaram escolas particulares sem bolsa. No que se refere renda familiar, a maioria corresponde a 5 à 8 salários mínimos e superior a 20 salários mínimos.

Quase metade dos respondentes deste curso tem pais com ensino superior completo e pós graduação. Por fim, outro aspecto importante, a maioria dos discentes que se propuseram a responder o questionário não trabalham e tem seus gastos custeados pela família.

O perfil acima demonstra que o curso de Direito assim como o perfil dos vestibulando da USP (tabela 1) se difere em muitos aspectos com a realidade da maioria da população brasileira. A faixa salarial brasileira média per capita varia entre 1 a 3 salários mínimos (IBGE,S/P, 2016).

O acesso ao ensino superior também se torna discrepante em relação a população brasileira, de acordo com a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) realizada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 20% da população consegue concluir o ensino superior.

A partir dos dados estatísticos colhidos na amostra, a maioria dos estudantes respondentes integram a classe B de acordo com os parâmetros utilizados pelo IBGE, na qual estabelece que a classe B recebe entre 10 à 20 SM (IBGE,S/P, 2016). Correspondendo a discussão utilizada neste trabalho, denominamos que os estudantes englobam as classes médias e superiores, a utilização do termo se baseará na teoria de Bourdieu e Passeron (1968,1970). Embora, os autores não utilizam a classificação baseada em critérios econômicos exclusivamente, ainda assim este se torna um fator importante na medida, é por meio do capital econômico que se acessa, em grande medida, o capital cultural.

Quem também aborda esta teoria é o sociólogo Souza (2009), para ele, este é um meio das classes dominantes, ou seja, médias e superiores se manterem com os privilégios herdados da classe, na medida em que as classes populares, ou como o autor denomina de “ralé” e posteriormente “batalhadores”, tem de vender a sua força de trabalho para garantir o seu sustento, Enquanto, as classes mais abastadas utilizam-se do recurso do tempo para adquirir mais capital cultural como aprender uma nova língua, uma nova cultura, desta maneira se distancia ainda mais das classes populares.

Portanto, as classes populares tendem a ter um capital cultural diferente ao adquirido pelas classes médias e superiores, muito relacionado ao popular ao invés do erudito como aborda a teoria de Bourdieu e Passeron. Neste sentido, o acesso aos cursos imperiais, como o direito, muitas vezes fica reservado às classes privilegiadas (CISLAGHI, 2010). Desta maneira, pelo prestígio social que o curso e a profissão oferece, há manutenção de classes mais abastadas no acesso a este curso, tendendo a se tornar um ciclo vicioso. É interessante frisar o papel familiar nesse ciclo, como demonstrado no quadro acima, grande parte dos respondentes tem pais com ensino superior, isso auxilia no estímulo que o indivíduo recebe para continuar a trajetória escolar.

Essa aproximação do capital cultural adquirido pela influência familiar, ou seja, pelo habitus adquirido pelo trabalho pedagógico primário, com o capital cultural e social do sistema de ensino e o habitus reproduzido por ela, se torna importante para

que o indivíduo consiga inserir no ensino superior. Grande parte dos indivíduos de classes populares, tendem a acreditar que o ensino superior não é uma trajetória a ser feita, em decorrência do distanciamento do habitus que foram inculcados pelo trabalho pedagógico no ambiente familiar. Essa descrença por parte da classe popular na inserção, pode gerar uma seleção antes da seleção, ou seja, esses indivíduos podem compreender que cursos imperiais como o direito não são espaços alcançáveis e como consequência buscarem cursos mais “próximos” da sua realidade. Nesse sentido, o curso de Física, mostra uma inserção maior das classes populares que possivelmente está relacionado a teoria de Bourdieu e Passeron (1970) sobre a cultura erudita e a seleção. De acordo com as diferenças das classes sociais superiores, médias e populares e os habitus reproduzidos por cada uma são determinantes e condicionantes para a escolha do curso que o indivíduo se insere.

Entre os respondentes do curso de Física a sua maioria são homens, solteiros e brancos. Frequentaram o ensino médio em instituições públicas. Tem a faixa salarial familiar em até 3 salários mínimos. A escolaridade dos pais alternam em ensino fundamental incompleto a conclusão do ensino médio. Contudo, à maioria não trabalha tendo os seus gastos custeados pela família.

As características levantadas da amostra do curso de física nos traz uma nova perspectiva, ou melhor, um outro perfil socioeconômico integrando o ensino superior público. Conforme colocado acima, iremos relacionar a ideia de classe social na teoria de Bourdieu e Passeron. Portanto, de acordo com os parâmetros do IBGE, podemos afirmar que os respondentes integram as classes C e D, ou populares. Essas classes de acordo com a discussão feita ao longo trabalho baseada em diversos autores, foram marginalizadas e excluídas do acesso ao ensino superior público.

Essa exclusão de direito a educação pública prevista na constituição brasileira de 1988, teve como fator preponderante a ausência do Estado em políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico e social através do processo educativo.

Também dito no referencial deste trabalho, temos uma pequena mudança na trajetória educacional brasileira, a partir de 2003, com o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em que em várias políticas afirmativas, dentro delas o REUNI, criam programas que articulam com uma educação democrática e emancipadora, tão bem descritas e defendidas por teóricos como Sguissardi (2008) e Dias (2010).

Uma dessas medidas fortalecedoras da educação democrática e inclusiva é a política de bolsas, inclusa no REUNI no qual é denominado como “Compromisso social da instituição - Programas de assistência estudantil”. A política de bolsas possibilita a continuação do estudante no ensino superior de modo que fortaleça outro aspecto fundamental da instituição pública que são os três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Portanto, podemos relacionar o número de estudantes de classes C e D (populares), que estão no ensino superior e não trabalham a tais políticas afirmativas como essas criadas pelo governo Lula.

Já o curso de Matemática, apresenta entre os respondentes o seguinte perfil: maioria são mulheres, solteiras, brancas. Tendo cursado o ensino médio em escola pública. Os pais em sua maioria com ensino fundamental incompleto. Também em sua maioria estudantes que não trabalham, tendo os seus gastos custeados pelos pais. Retomando a discussão feita no curso de Física.

Os dados coletados estão em consonância com dados nacionais sobre a educação superior, segundo O Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) houve um aumento de concluintes no ensino superior de classes C e D (populares) (EBC, S/P, 2017). Isso demonstra que aspectos relacionados as tais políticas públicas adotadas na última década pelo Estado, sobretudo o REUNI que é objeto de estudo neste trabalho, se tornaram importantes para mudanças no quadro social do ensino superior.

Outro exemplo de política implementada na qual estabelece relação sobretudo com as licenciaturas é o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), um programa na qual faz a junção social da instituição de ensino superior com a melhora na qualidade do ensino básico, criando uma importante relação entre ensino básico e superior, criando uma ponte importante entre os dois níveis de ensino.

Por fim, o curso de Sistemas da Informação tem em sua maioria homens, solteiros, predominantemente brancos. As instituições públicas foram a maioria frequentadas pelos respondentes. Um aumento significativo da faixa salarial, houve um acréscimo nos respondentes nas faixas salariais acima de 3 SM, em relação aos cursos de Física e Matemática. Escolaridade predominantemente no ensino fundamental. Uma diferenciação dos demais cursos, está na participação na vida econômica com um número significativo de alunos que participam ativamente na vida econômica familiar seja como colaborador ou como principal responsável pelo sustento familiar.

Conforme dito anteriormente o ensino superior noturno, sobretudo o ensino público se torna ponte para um crescimento tanto social quanto econômico de uma parcela da população que não tem condições de se dedicarem apenas aos estudos tendo que conciliar trabalho e universidade para a conclusão de um sonho que é a conquista de um diploma do ensino superior (CISLAGHI, DIAS, 2010; TERRIBLI, NERY, 2009).

Nesse sentido, podemos supor que essa mudança de característica dos respondentes entre estudantes que tem seus gastos custeados pela família, com estudantes que são trabalhadores e responsáveis financeiramente pelo núcleo familiar demonstra um fator também modificado pelo governo Lula, que é a expansão das IES públicas através do REUNI. Já mencionado no referencial teórico deste trabalho, o programa possibilitou a abertura de novos campus e universidades federais, além de cursos noturnos que em grande maioria eram ofertados pelo ensino privado. Desta maneira, se tornou um fator democrático e agregador ao criar possibilidade de pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior por dependerem do trabalho como fonte de renda uma continuação do ciclo educativo.

Assim, podemos pontuar neste tópico que há uma mescla de classes sociais atualmente no ensino superior público brasileiro. Contudo, não há unanimidade dessa abertura e diversidade em todos os cursos como podemos verificar com os dados obtidos pelo curso de Direito. Essa abertura se torna maior em cursos com menor prestígio social que concilia com os estudos feitos nas instituições francesas por Bourdieu e Passeron (1968, 1970). Para a continuação da análise sobre o objetivo do trabalho, a democratização do ensino superior, abordaremos no próximo tópico as motivações para o ingresso no ensino superior e no curso escolhido.

4.2 – O que nos trouxe até aqui? – A motivação para o ingresso no ensino superior.

As motivações para o ingresso ao ensino superior podem vir de diferentes vivências e crenças sobre o papel do mesmo. A fala dos respondentes (quadro 4) nos esclarece um pouco dessas concepções. Outro fator decisivo para a escolha do indivíduo para o ingresso no ensino superior está nas relações sociais, sobretudo, nas relações familiares, nas quais como bem nos esclarece Bourdieu e Passeron (1968,1970) e Souza (2009), segundo os autores cada classe social dispõe de uma relação com a educação. A educação se torna um caminho natural para algumas classes como média e superior e

para outras um caminho um tanto quanto improvável. Nesse sentido é importante entender o que há por traz das falas dos respondentes para compreender o aspecto familiar e a ideia de educação de acordo com a concepção do estudante.

Quadro 4. Motivação para o ensino superior e relações familiares.

Curso	Motivação para o ingresso no ensino superior
Direito	Crescimento Pessoal, Financeiro, Profissional; Busca por conhecimento; Qualidade de vida; Qualificação para o mercado de trabalho; Diploma para um emprego mais rentável; Convenção Familiar; Satisfação Pessoal; Obrigação (pressão social).
Física	Ter um curso superior; Um bom emprego; Estabilidade financeira; Futuro melhor; Um futuro melhor para mim e minha família; Formação; Mercado de Trabalho; Realização pessoal; Conhecimento; Interesse, amor e paixão pelo curso.
Matemática	Família; Sonho; Profissão mais rentável; Ter um diploma para entrar no mercado de trabalho; Ser professor; Remuneração Financeira; Estabilidade financeira; Motivação dos Familiares; Gosto pela área e pelo curso.
Sistemas da Informação	Qualificação; Profissionalização; Futuro melhor para a família; Capacitação para um mercado competitivo; Afinidade com a área e o curso; Vida financeira equilibrada e independente; O ensino superior para uma vida digna; Incentivo familiar

Curso	Relação familiar e ingresso no ensino superior
Direito	- Fui fortemente apoiado pela minha família a me manter na trajetória de estudos; - De extrema importância e apoio; - Fundamental, fez acontecer; - Foram sempre presentes; - A minha família participou efetivamente de todas as etapas na trajetória; - Apoio e dinheiro; - Muito incentivo para me dedicar aos estudos, ingressar no ensino superior, para construir uma "carreira de sucesso" etc; - Minha família me apoiou financeiramente e me incentivou a fazer o curso; - Apoio incondicional; - Apoio emocional e investimento financeiro em colégio particular e cursinho pré-vestibular; - Minha família foi de grande ajuda, pois me deram apoio para estudar e financiam meus gastos; - Participaram em tudo que era necessário, desde prover materiais complementares (revistas, livros etc) até reuniões escolares, por exemplo; - Total, eles que me mantêm aqui; - Bem participativa, sempre incentivaram e exigiram dedicação aos estudos; - Custear necessidades como alimentação, xerox, palestras, etc; - Sempre recebi muito apoio da minha família, assim como cobranças.
Física	- A base de tudo; -Participação total; -Fundamental o apoio deles; - Um pouco afastada; -Bem pouca; -Superficial; -Apoio Moral.
Matemática	- Às vezes presente; - Rara; - Passiva; - Razoável; - Zero; - Família mesmo sendo pobre nunca me fez trabalhar me deixando assim exclusivamente para os estudos; - Muito boa sempre ativa e auxiliando no que fosse possível; - De incentivo e paciência; - Apoio moral; - Sempre me incentivaram, para me

	tornar alguém reconhecido na universidade.
Sistemas da Informação	- Meus pais sempre me perguntam como estou indo nas disciplinas, se eu estou tendo alguma dificuldade, se estou gostando do curso e me incentivando a pegar projetos para ter um conhecimento a mais na minha área; - Foi total, possibilitando que eu estude e me ajudando quando necessário; - Totalmente próxima e ativa; - Apoio financeiro; - Motivacional, pois eles não tiveram uma boa educação escolar, meus pais não conseguiram terminar o ensino fundamental; - Não tive muita participação; - O mínimo possível.

De acordo com as falas dos respondentes, destacamos algumas linhas sobre o papel da educação para determinadas classes sociais. A educação para o crescimento pessoal, profissional, qualidade de vida, qualificação para o mercado de trabalho e diploma para o emprego mais rentável estabelece uma relação da educação como manutenção de privilégios de uma determinada classe social, além de uma visão do ensino superior para a preparação do capital humano.

O indivíduo como produto a ser moldado e treinado para competir como nas características descritas na macdonatização por Gentili (1996). Portanto uma linha mercadológica e meritocrática estabelecendo aspectos competitivos para o ciclo educativo para a manutenção e garantia de privilégios de determinadas classes sociais. As falas que trazem convenção familiar e pressão social estabelecem uma relação entre a educação e o habitus de determinada classe social que se fortalecem na segunda parte do quadro em que são destacadas falas sobre a relação familiar e o ingresso ao ensino superior.

Grande parte dos respondentes do curso de direito estabelecem uma relação forte entre o habitus primário (família) e o habitus secundário (sistema de ensino), com a qual podemos relacionar com as teorias de Bourdieu e Passeron (1968,1970) em que afirma que as classes médias e superiores tendem a ter uma relação próxima entre a educação e o desenvolvimento que ela oferece. Muitos respondentes afirmaram que tiveram um apoio/investimento familiar para a permanência na trajetória educacional. Através desse apoio e cobrança há a manutenção daquele indivíduo em uma determinada classe social, seja ela média ou superior.

Portanto, a educação se torna um caminho tanto quanto natural, obrigatório, e é a partir dela que se legitima a ideia do dom que corresponde a manutenção do privilégio e naturalização das desigualdades justificada pelo discurso meritocrático. Nesse sentido,

os respondentes reforçam a tese de Bourdieu e Passeron (1968), de que há diferenças significativas não apenas no aspecto econômico, mas também social e cultural das classes sociais. O capital cultural e social adquirido pelas classes médias e superior estabelecem uma ponte do capital cultural e social do sistema de ensino, auxiliando na ideia de dom, para esses indivíduos se torna um caminho natural a continuidade do processo educativo.

Já as falas dos estudantes de Física, como superficial, apoio moral, um pouco afastada e bem pouca, trazem outros aspectos da teoria de Bourdieu e Passeron e se fazem importante também as contribuições de Souza (2009). A educação para classes populares se tornam um processo fora do ciclo que a classe costuma percorrer. Não há a naturalização da permanência na trajetória educativa frisada no curso de Direito que corresponde as classes médias e superiores. Para Souza (2009), a ralé e batalhadores tendem a não ter a oportunidade de desenvolver os capitais cultural e social como a classé média e superior tendendo a vender a força de trabalho para a sua sobrevivência.

Contudo elas também denotam aspectos importantes nas falas sobre a motivação para inserção no ensino superior em falas como futuro melhor, realização pessoal, paixão/amor/interesse pelo curso e conhecimento, levantam a ideia trazida por Sguissardi (2008) que destaca a partir daquilo que defendia Anísio Teixeira, em que coloca que o papel da universidade é desenvolver humanos e formar intelectuais. Em suma, o sentido social e cidadão que a educação, sobretudo pública deve estimular. Portanto, aqui também se faz presente as contribuições de Dias (2010) em que a educação se torna um fator importante para crescimento e desenvolvimento de uma sociedade e em decorrência disso a redução das desigualdades sociais.

As falas do curso de matemática reforçam a ideia de diferenciação da concepção da educação e sua importância e relação com a classe social em que se insere o indivíduo. Podemos perceber que a ideia mercadológica também se faz presente nas palavras em destaque deste curso como profissão mais rentável, remuneração financeira e diploma para inserção no mercado de trabalho. Entretanto elas se mesclam a palavras como sonho, família e ser professor que denotam um outro aspecto discutido no curso anterior, da educação com papel social. Destacamos Dias (2013) que compreende a educação como emancipadora, desenvolvimento social e econômico, além de uma formação cidadã que cria um vínculo social e não competitivo para a educação, entendendo que todos temos direitos e deveres para um desenvolvimento social.

Continuando a ideia de educação como força motriz para um desenvolvimento social e econômico do indivíduo, algumas falas trouxeram essa ideia ao entender que a educação é uma mola propulsora para uma vida digna e mobilidade/ascensão social não apenas individual como familiar. Para as classes populares, muitas vezes, a educação é vista como oportunidade de retorno financeiro.

O curso de Sistemas da Informação não difere dos cursos de Física e Matemática nesse aspecto familiar e motivacional. Dentre os respondentes, houve as duas concepções de educação: emancipadora, a educação como direito e mercadológica, na qual coloca os estudantes como um produto a ser desenvolvido para o mercado, como capital humano.

Em relação ao contexto familiar, também se tornaram frequentes falas que correspondem as classes superiores ou médias no sentido da educação como um ciclo natural, a trajetória educacional se torna um contexto presente e necessário para essas classes na manutenção das mesmas. Por outro lado, temos diversas falas que correspondem a uma interação educacional distante, que pode ser caracterizada como provenientes de classes populares, em que a educação não se torna um objetivo a ser almejado e sim um sonho distante que é conquistado através de diversos percursos.

Em suma a trajetória familiar de cada classe social se torna um fator decisivo para a concepção educacional do indivíduo, o habitus que ele adquire torna a educação algo natural ou distante. Pelas políticas de expansão assim como as políticas afirmativas, criou-se uma abertura para que as classes populares adentrem esses espaços. Além disso, no contexto social brasileiro, as classes populares correspondem a ralé e os batalhadores como Souza (2009,2012) reflete, nessas classes o trabalho se torna um caminho natural e o ciclo educativo se torna parte de um sonho para ascensão social.

Tendo como base que cada classe social tem um capital cultural, social e econômico distinto e todos eles constituem um habitus, na qual estabelece uma relação com trabalho pedagógico escolar, sendo de forma naturalizada pela aproximação do trabalho primário com o secundário, feito pelo sistema de ensino, ou exclusória pelo distanciamento dos mesmos. Nessa linha sociológica, temos uma contribuição teórica da sociologia da educação brasileira, Rommanielli(1995) traz três perfil de estudante como: 1)Estudante em tempo integral; 2) Estudante trabalhador e 3) Trabalhador estudante.

Cada perfil de estudantes terá uma perspectiva e trajetória educacional que trará resultados distintos no ciclo educativo de cada uma delas.

Esse será o próximo tópico que detalha a relação do estudante e o sistema de ensino que auxilia a entendermos de modo qualitativo a democratização do acesso ao ensino superior através do REUNI.

4.3 Do estudante ao trabalhador estudante – Perfil dos alunos

O perfil dos estudantes a partir de uma perspectiva descritiva se faz necessária para entender como se constitui a sua permanência no sistema de ensino, após o ingresso no ensino superior. Nesse sentido, a discussão deste tópico se dará com as colaborações de Rommanielli (1995), que atribui três tipologias: 1) Estudante em tempo integral; 2) Estudante trabalhador e 3) Trabalhador estudante. Cada tipologia integra uma trajetória educacional que serão descritas de acordo com os quadros de cada curso.

De acordo com Rommanielli (1995), dentre as três tipologias defendidas por ele, cada uma representa um vínculo maior ou menor com o estudo ou do estudante com o trabalho. Consoante a essas tipologias, a trajetória educacional se dá de diferentes formas de acordo com as classificações utilizadas por Rommanielli (1995). E como são diferentes, terão resultados também distintos.

Os estudantes em tempo integral têm como principal responsabilidade os seus estudos e seu desenvolvimento social econômico através dele. Tem o alicerce familiar, tanto para questões econômicas quanto sociais e emocionais. O seu dever é o seu aprimoramento através da educação, e deve ser feito com dedicação total. Podemos atribuir essa dedicação às contribuições de Souza (2009,2012) e Boudieu e Passeron (1968,1970). Uma vez que esse perfil se enquadraria nos habitus das classes superiores e médias em que a aquisição do capital cultural e social se tornam valorosos para a composição do indivíduo e são traçados como prioridades para essas famílias. Portanto, fazendo uma comparação com os dados obtidos, os respondentes que não trabalham e

não possuem nenhum vínculo remunerado estariam na classificação do estudante em tempo integral, ao se dedicarem exclusivamente com a formação obtida no curso.

Já o estudante trabalhador, seriam aqueles que obtêm uma atividade remunerada, mas não possuem essa como principal atribuição, as famílias são ainda um fator importante para que a formação do indivíduo, através do estudo, seja priorizada. Nesse sentido seriam enquadrados neste perfil aqueles estudantes respondentes que possuem atividades como bolsas institucionais e estágios, via de regra são atividades remuneradas que complementam a formação obtida no curso. Portanto a construção do capital cultural e social do estudante está em sintonia com o curso.

Como última tipologia há o trabalhador estudante, esse perfil diferente dos demais tem como principal objetivo o trabalho que garante o seu sustento, já que não tem o apoio financeiro familiar. Esse estudante tem o estudo como expectativa para alcance de novas conquistas, sendo uma delas a mobilidade social. Nesse sentido, por uma perspectiva sociológica, seriam indivíduos que compõem as classes populares pela classificação de Bourdieu e Passeron ou pelas contribuições de Souza (2012), são os indivíduos batalhadores.

Nessa classificação, esses estudantes não têm vínculo direto com o capital cultural e social que é reproduzido pela instituição de ensino. São indivíduos que tem várias atribuições além da sua formação educacional. Para uma ligação com os dados, podemos enquadrar os estudantes que tem vínculos remunerados como emprego fixo federal/estadual/municipal, emprego fixo particular ou emprego autônomo.

Neste sentido, o perfil dos quatro cursos se apresenta de maneira diversa, como pode-se perceber no Quadro 5.

Quadro 5. Perfil de estudantes no ensino superior

Atividade Remunerada				
Curso	Não trabalha	Trabalha mas não é independente financeiramente	Trabalha e é independente financeiramente	Trabalha e é Responsável pelo sustento familiar
Direito	68	16 (17,39%)	4 (4,35%)	4 (4,35%)

	(73,91%)			
Física	11 (57,90%)	4 (21,05%)	1 (5,26%)	3 (15,79%)
Matemática	22 (70,96%)	3 (9,68%)	3 (9,68%)	3 (9,68%)
Sistemas da Informação	15 (35,72%)	14 (33,33)	5 (11,90%)	8 (19,05%)

Curso	Vínculo					
	Não possuem atividade remunerada	Bolsa	Estágio	Emprego autônomo	Emprego Fixo Federal /Estadual /Municipal	Emprego Fixo Particular
Direito	59 (64,13%)	9 (9,78%)	13 (14,13%)	1 (1,09%)	6 (6,52%)	4 (4,35%)
Física	9 (47,37%)	7 (36,84%)	-	1 (5,26%)	1 (5,26%)	1 (5,26%)
Matemática	17 (54,84%)	9 (29,03%)	-	2 (6,45%)	1 (3,23%)	2 (6,45%)
Sistemas da Informação	8 (19,05%)	10 (23,81%)	7 (16,67%)	5 (11,90%)	2 (4,76%)	10 (23,81%)

Os discentes do curso de Direito são majoritariamente estudantes em tempo integral, para esses estudantes, o estudo se torna o seu principal objetivo, a sua qualificação e formação se tornam fatores importantes no contexto familiar não apenas de forma econômica, mas também social e cultural.

Portanto, esses estudantes em relação ao trabalhador estudante possuem um vínculo maior com a sua formação e o sistema de ensino, tendem a ter uma aproximação maior com o habitus e capital cultural, social e econômico característico do ensino superior e isso torna em certa medida um facilitador para a sua trajetória.

Além disso, é importante destacar que os estudantes em tempo integral, em sua maioria, pertencem a uma classe social superior, uma vez que não precisam trabalhar e, ainda, recebem recursos da família para sua manutenção como estudante. Nesse sentido, aproximando a discussões feitas em tópicos anteriores, esses estudantes tem uma aproximação maior com o discurso reproduzido pelo sistema de ensino, ao terem a

possibilidade de se dedicarem ao aprimoramento do capital cultural. Essa dedicação se torna algo valioso para o êxito na trajetória desse estudante, dentro do sistema de ensino, esse privilégio do estudante é caracterizado como dom.

Por outro lado, os estudantes dos cursos de licenciatura (Física e Matemática), embora sejam estudantes em tempo integral, em sua maioria, já apresentam um perfil diferente dos estudantes do curso de Direito, como é possível observar no quadro a seguir.

Os estudantes respondentes do curso de Física, assim como o anterior, constituem a sua maior parte em estudantes em período integral, contudo, há um crescimento do estudante trabalhador, o que pode explicar um pouco os dados. Neste caso, é interessante adentrar num fator específico dos cursos de licenciaturas já citado em tópicos anteriores que é o Programa de Iniciação à Docência (PIBID, além de se tornar um fator importante na aproximação de esferas distintas de educação como a superior e a base, auxilia na formação do futuro docente assim como a sua permanência junto a instituição de ensino superior.

Neste sentido, é importante destacar que, tendo por base as discussões de Bourdieu e Passeron (1982), poderíamos associar a imagem do estudante em tempo integral e o estudante trabalhador aos elementos pertencentes às classes superior e média, respectivamente. Contudo, numa perspectiva da sociedade brasileira, temos estudantes de diferentes classes sociais e isso se dá pelas transformações pelas quais as instituições públicas de ensino superior passaram e que detalhamos ao longo do trabalho. Como foi citado, o programa PIBID, além de outros, que se tornaram fatores facilitadores para a permanência de estudantes de classes populares ou conforme Souza (2012) batalhadores no ensino superior. Assim como no curso de Física, os estudantes do curso de Matemática também, em sua maioria se dedicam ao estudo de maneira integral, como apontam os dados apresentados no quadro a seguir.

As ações afirmativas que foram realizadas no governo lula, assim como a implementação do REUNI, se tornaram pontos importantes para essa diversidade identificado nos respondentes do curso de Matemática, sendo a maior parte integrante estudantes em período integral e estudantes trabalhadores. Sendo assim, como explicitado no curso anterior, essa permanência de diferentes classes sociais se dá pelo fortalecimento das ações afirmativas que auxiliam os estudantes a concluírem o ciclo educativo, em decorrência o fortalecimento democrático da educação brasileira.

Na contramão dos dados até então discutidos, os respondentes do curso de sistema da informação possuem uma parcela diversificada de estudantes. Como exemplo, temos apenas 15 respondentes que não trabalham e 25 que se dividem entre os que não possuem atividade remunerada, estágio e bolsa institucional. Portanto, pertencentes da tipologia 1 e 2 que são estudantes e estudantes trabalhadores. Por outro lado, temos cerca de 40,00% de estudantes que se dividem entre emprego autônomo, emprego fixo federal/estadual/municipal e emprego particular, desta maneira, englobam a tipologia 3, trabalhadores estudantes.

Essa diferenciação como foi dito no parágrafo introdutório deste tópico se torna um fator importante para a formação do ciclo educacional deste estudante. O trabalhador estudante, como tem outros objetivos além do estudo, tendem a ter dificuldades maiores para se dedicar a sua trajetória educacional, em razão da conciliação tanto do ciclo educacional quanto a realização da sua atividade remunerada para suprir as necessidades pessoais, já que não tem o apoio financeiro como os demais estudantes.

De certa maneira se torna uma formação um pouco complexa em relação aos demais por não ter a possibilidade de se empenhar como os outros estudantes. Esse esforço maior nem sempre se dá de forma fácil tanto por questões pessoais do trabalhador estudante quanto por questões relacionadas ao sistema de ensino. Esses percalços ao longo do processo educativo, podem se tornar inconciliáveis, acarretando fenômenos como a evasão. Podemos caracterizar a evasão como a saída do estudante do ciclo educativo, o rompimento da sua trajetória escolar (Silva et al, 2007 e Soecki et al, 2014). Este fenômeno, se torna um gargalo na ampliação do processo democrático da educação brasileira, pois se há a ampliação das vagas e inserção de classes sociais diversas, mas não há a permanência desses indivíduos, não ocorre o resultado esperado, de tornar a educação um caminho para o desenvolvimento social e econômico do indivíduo.

O sistema de ensino e o capital cultural, social e econômico que reproduz se torna fundamental para o entendimento da permanência do estudante no ciclo educativo. No próximo capítulo será discutida a permanência dos estudantes matriculados em cursos noturnos, tendo por base as diferentes tipologias de estudantes e classes sociais que acessam o sistema de ensino. Além disso, apresentaremos o papel do Estado se torna importante para a democratização do acesso ao ensino superior em seu sentido

pleno, não só por expansão de vagas, mas a garantia do acesso e permanência dos mesmos, por meio de ações afirmativas.

4.4 Democratização ou manutenção de privilégios?

O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais se tornou um importante passo para protagonizar o ensino superior público. Este programa teve seis dimensões na sua concepção, que seriam elas: Ampliação da oferta de educação superior pública, Reestruturação acadêmico-curricular, Renovação pedagógica da educação, Mobilidade intrainstitucional e interinstitucional, Compromisso social da instituição e Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Dentre as seis dimensões estabelecidas, duas se tornam importantes para o objetivo deste trabalho, a ampliação da oferta de educação superior pública que tem como um dos componentes o aumento de vagas no noturno e o compromisso social da instituição que engloba políticas de inclusão e programas de assistência estudantil.

A oferta do ensino noturno se torna um fator importante para a democratização de ensino superior ao possibilitar que trabalhadores estudantes continuem sua trajetória educacional além de estudantes que não tem moradia na cidade da instituição de ensino e nem condições de permanência nessa cidade possam, através do deslocamento diário, ter acesso à educação. Outro fator a ser pontuado para um ensino superior democrático são os programas de assistência estudantil que possibilitam a permanência de estudantes de diferentes classes sociais no ensino superior.

Contudo é necessário entender o funcionamento do sistema de ensino e o percurso dos estudantes no ensino superior para compreender de que forma se dá a trajetória e permanência no ciclo educacional. Nesse sentido, vamos analisar as falas dos respondentes de cada curso dialogando não apenas com os aspectos mencionados sobre o programa REUNI, como também as teorias de Bourdieu e Passeron que esclarecem o papel do sistema de ensino na consolidação da educação de forma democrática.

Foi perguntado aos estudantes através do questionário online as suas maiores dificuldades para frequentar o ensino noturno. Dentre as respostas apresentadas, foi solicitado que eles elencassem as maiores dificuldades dentro da trajetória educacional e como elas interferiram na continuidade ou ruptura no processo educativo. Além dessas questões, também foram questionados sobre a percepção que eles têm acerca do papel da universidade para o auxílio da sua permanência no ensino superior noturno. As respostas principais respostas estão apresentadas nos quadros a seguir.

Quadro 6. O papel da universidade no discurso dominante

Curso	Dificuldades da graduação noturna
Direito	- Não encontro dificuldades; - Transporte; - Cansaço; - Segurança; - Aspectos psicológicos; - Horário de funcionamento de alguns setores; - Conteúdo pedagógico.
Física	- Cansaço; - Dificuldades financeiras; - Conciliação entre estudo e trabalho; - Segurança; - Transporte; - Conteúdo Pedagógico; - Falta de suporte administrativo (reitorias) e educacional (tutorias e atividades de pesquisa e extensão) no período noturno.
Matemática	- Cansaço; - Dificuldades financeiras; - Conciliação entre estudo e trabalho; - Segurança; - Transporte; - Conteúdo Pedagógico; - Falta de suporte administrativo (reitorias) e educacional (tutorias e atividades de pesquisa e extensão) no período noturno; - Dificuldades de adaptação ao ensino superior e direcionamentos as normas instituições como o coeficiente de rendimento.
Sistemas da Informação	- Cansaço; - Conciliação entre estudo e trabalho; - Transporte (deslocamento de uma cidade para outra); - Conteúdo Pedagógico; - Falta de suporte administrativo (reitorias); - Ofertas de disciplinas não condizentes ao período noturno.
Curso	O papel da universidade
Direito	Positivos: - Estrutura: Serviços psicológicos, Alojamento, Restaurante Universitário, Corpo docente, Programas sociais. Negativos: - Falta de suporte de serviços administrativo no período noturno.
Física	Positivos: - Estrutura: Restaurante Universitário, Programas sociais. Negativos: - Falta de suporte administrativo (reitorias) e educacional (tutorias e atividades de pesquisa e extensão) no período noturno, - Conteúdo Pedagógico.
Matemática	Positivos: - Estrutura: Programas sociais.

	Negativos: - Conteúdo Pedagógico, - Falta de suporte administrativo (reitorias) e educacional (tutorias e atividades de pesquisa e extensão) no período noturno.
Sistemas da Informação	Positivos: - Estrutura: Programas sociais. Negativos: - Conteúdo Pedagógico, - Falta de suporte administrativo (reitorias).

Dentre os estudantes respondentes do curso de Direito, algumas falas se tornaram frequentes como a falta de transporte para o deslocamento entre a universidade e a moradia. Muitos relataram que, em virtude disso, existe uma (in)segurança para se locomover no período noturno.

O conteúdo pedagógico também se torna um fator preocupante desses estudantes. Apesar de serem, na maioria estudantes em tempo integral, muitos alegam cargas excessivas de leitura além de uma dificuldade de compreensão das aulas e dos conteúdos ministrados no decorrer do curso.

Em relação ao papel da instituição, o horário de funcionamento de serviços administrativo da instituição também se tornou um fator elencado pelos estudantes, falta um suporte da instituição em diversos setores. Ao horário restrito dos serviços, funcionando apenas no horário integral, demonstra uma diferença nos serviços e na qualidade ofertada para os estudantes do curso noturno em relação aos estudantes dos cursos diurnos. Em contraponto, ao serem questionados sobre o auxílio da universidade na permanência na instituição muitos respondentes elencaram aspectos estruturais da instituição como alojamento estudantil, restaurante universitário, serviços sociais como oferta de bolsas institucionais e serviços psicológicos e psiquiátricos.

Com perfil diferente ao estudante de Direito, os respondentes do curso de Física, além dos aspectos já abarcados nas falas anteriores, outras questões foram pontuadas pelos estudantes como dificuldades financeiras e conciliação de trabalho e estudo. Além disso, afirmaram que um fator dificultador para a permanência no ensino superior está relacionado à falta de apoio pedagógico como monitorias que auxiliam na superação das dificuldades relacionadas ao conteúdo pedagógico.

Outro ponto mencionado foi a dificuldade de se desenvolver projetos de pesquisa e extensão, uma vez que estudantes trabalhadores e trabalhadores estudantes, muitas vezes não conseguem desenvolver tais atividades por dificuldade em conciliar horários, já que tais atividades não acontecem no período noturno, uma vez que este horário é destinado às atividades de ensino.

Como um curso também de licenciatura, os respondentes do curso de matemática também direcionaram muitos aspectos semelhantes os até então

mencionados pelos outros cursos, contudo, algumas falas se fazem novas e importantes para a reflexão deste tópico. Nessa perspectiva acrescentamos a adaptação e dificuldades de compreensão ao funcionamento das normas institucionais como o coeficiente de rendimento citado na fala do respondente.

Uma das contribuições do curso de Sistemas de Informação ao pontuar pontos a serem melhorados no processo democrático dos cursos noturnos, se dá na oferta de disciplinas obrigatórias para a formação do estudante em períodos vespertino. Além desse fator, os já mencionados por cursos anteriores, como atividades complementares à formação do ensino ofertadas em período integral (matutino e vespertino) que dificultam o acesso de todos os alunos noturnos a essas atividades como palestras, minicurso, grupos de estudos, núcleos, atividades de extensão e pesquisa de maneira geral. É importante destacar que estes últimos tópicos mencionados correspondem ao funcionamento (*habitus*) do sistema de ensino. E, neste sentido, o próprio sistema contribui para a manutenção do acesso ao ensino por aqueles que possuem disponibilidade de tempo para frequentar a universidade fora do período noturno, em outras palavras, o sistema privilegia as classes superiores e pune as classes populares.

Após a conquista pelo ingresso no ensino superior público, que muitas vezes se torna um caminho distante a sua realidade, os estudantes de classes populares possuem outros percalços para a permanência no ensino superior. Essas dificuldades se atrelam ao sistema de ensino.

O sistema de ensino conforme a teoria de Bourdieu e Passeron (1970) legitima a exclusão das classes populares no discurso da ideologia do dom ou meritocracia. Isso se dá pela reprodução do discurso dominante através da produção do capital cultural e social das classes dominantes nesses espaços. Em decorrência dessa reprodução a permanência dos estudantes das classes populares se dá de forma muito mais forçosa que os estudantes de classes superiores e médias, por estarem em consonância com os *habitus* produzidos. Desta forma, a exclusão e a naturalização da desigualdade de acesso é justificada pelo não esforço ou pela falta de dom dos estudantes das classes populares.

Atrelando as falas adquiridas nesta pesquisa podemos exemplificar posturas do sistema de ensino que fortalecem a teoria de Bourdieu e Passeron como: Atividades de suporte educacional monitoria elencadas por estudantes mostram uma seletividade de público a ser contemplado por essa oferta, muitas vezes esses serviços se dão no período

integral e se torna acessível apenas aos estudantes que possuem a disponibilidade de estarem nesse período dentro da instituição.

A maioria dos estudantes que usufruem desse serviço, fazendo um paralelo a discussões anteriores, são estudantes em período integral ou estudantes trabalhadores. Os estudantes que são excluídos deste fator importante para o fortalecimento do conteúdo adquirido o curso são trabalhadores estudantes que não tem possibilidade de estar na universidade fora do horário noturno e estudantes que moram em cidades vizinhas e dependem de um transporte para frequentarem a universidade fora do horário das aulas.

Esse processo excludente limita o sucesso da trajetória desses últimos alunos mencionados, para eles se tornam um esforço muito maior de si para a compreensão do conteúdo trabalhado em sala. Este processo pode ser um fator que dificulte a permanência desses estudantes no ensino superior e pode acarretar no fenômeno de evasão ou na exclusão desses indivíduos no sistema de ensino.

Outro fator importante para o êxito na trajetória educacional e na inculcação dos habitus reproduzidos pelo ensino superior são as atividades complementares ao ensino dado em sala de aula, fazem parte dessas atividades projetos de pesquisa, núcleos de estudos, workshops, palestras e minicurso. Assim como o fator anterior, se tornam questões de seleção dos alunos que concluirão o percurso ou a formação de forma ampla que o curso oferece. Dessa forma, se legitima a desigualdade de acesso, muitas das vezes, se classifica os estudantes impossibilitados de frequentarem tais atividades e espaços, pelas mais diversas razões, como estudantes que não tem dom ou não são merecedores do sucesso que outros estudantes que tem disponibilidade de se dedicaram de forma quase exclusiva a sua formação e são classificados como aqueles que possuem dom pela área.

Continuando a teoria de Bourdieu e Passeron, dessa forma o sistema de ensino reprodução o capital cultural e social da cultura dominante através desses habitus acima descrito. Os estudantes de classes superiores e médias, de uma outra forma, estudantes em período integral e estudantes trabalhadores possuem os habitus correspondentes ao reproduzidos, isto se torna um facilitador para que esses estudantes concluem a trajetória educacional. Por um outro lado, conforme é discutido em A reprodução, os estudantes de classes populares, tendem a ter uma dificuldade maior no processo

educativo tanto pela diferença do habitus adquirido no TP primário, quanto pelo tempo limitado para se dedicarem ao ciclo educativo que estão inseridos.

Portanto, por mais que houve um desenvolvimento positivo do papel do Estado na consolidação de uma educação superior pública de qualidade, e dessa maneira há diversos fatores inclusos que auxiliam na permanência dos estudantes no sistema de ensino, como a estrutura física, corpo docente capacitado, bolsas institucionais além de serviços sócias, dentre outros. O sistema de ensino se torna hostil para uma considerável parcela dos estudantes dos cursos noturnos. Para estes o serviço educacional ofertado é feito de uma reduzida e limitante, e que resulta em uma formação diferentes daqueles que possuem o privilégio de usufruem a educação pública na sua plenitude.

Nesse sentido, há outros fatores que devem ser considerados além de expansão e oferta no ensino superior noturno. Pelos aspectos mencionados na reflexão acima, ainda há uma manutenção de privilégios no ensino superior descrita ao longo desse trabalho, como uma questão paralela ao contexto histórico da sociedade brasileira e, por isso, é tão importante que o Estado continue investindo em políticas de ações afirmativas. Além disso, as instituições públicas, através da sua autonomia administrativa deve pautar-se nessas fragilidades de acesso as atividades desenvolvidas para a formação profissional, que tantos estudantes relataram para melhorar a oferta num sentido democrático.

5 Conclusão

O presente estudo buscou através da discussão de autores que fizeram um panorama histórico sobre a trajetória educacional da desigualdade de acesso ao ensino superior, trajetória da atuação do Estado brasileiro através de políticas públicas e contribuições da sociologia da educação com a teoria de Bourdieu e Passeron (2009,2012), além de uma linha brasileira da sociologia com Souza (2009,2012), fez cumprir o seu objetivo de entender se houve a democratização do acesso ao ensino superior através do estudo de caso de uma universidade federal do interior de Minas Gerais.

Através da discussão histórica utilizada, compreendeu-se que a educação brasileira, sobretudo a oferta do ensino superior público se fez de forma excludente e discriminatória. Isto se deu, em grande parte, marginalizando as classes populares do acesso ao direito a uma educação de qualidade, o que dificulta a ascensão e desenvolvimento econômico e social de um indivíduo. Esse panorama se fez presente num longo período histórico brasileiro, em virtude da não atuação do Estado.

A educação só se faz presente de forma efetiva em lei na constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã. Ainda assim, por mais que houvesse a norma estabelecendo a educação como direito de todos, não foi essa a trajetória ao longo das décadas posteriores, sobretudo na década de 1990, em que houve um desenvolvimento de uma linha liberal e mercadológica da educação, neste momento defendida de forma egoísta e ditada pelas leis do mercado no objetivo de preparar capital humano para uma sociedade cada vez mais globalizada e competitiva.

Sendo assim, na contramão do que havia sido estabelecido na carta magna anos anteriores que afirma a educação como fator importante para a diminuição das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira e possui como papel principal a formação de um cidadão crítico e transformador da sociedade em que vive, portanto, há duas visões distintas da educação, uma como mercadoria que tem como objetivo preparar capital humano, de forma individual e competitiva.

Por outro lado, uma educação como direito, emancipadora, que desenvolve não só o indivíduo e suas capacidades, mas também o cidadão que em decorrência desenvolve de forma coletiva a sociedade. Esta última concepção, se faz presente uma década após no Estado brasileiro, através do governo Lula (2003-2010), neste momento

a educação pública se torna carro chefe das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado como o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais e se torna significativas as mudanças a partir dessas ações, no recorte deste trabalho a oferta do curso noturno possibilitada pelo REUNI se torna fundamental.

Outro ponto tão fundamental quanto o anterior é a ideia do sistema de ensino descrita nas obras de Boudieu e Passeron (1982; 1968) que auxiliam no entendimento de fatores mais subjetivos das desigualdades do ensino superior, ao detalhar as diferenças das classes sociais no sentido cultural, social e econômica que constitui o habitus de cada uma. Outra contribuição cara, é do sociólogo brasileiro Jessé Souza, através da perspectiva que ele apresenta é possível entender a teoria de Bourdieu e Passeron sob a luz da realidade brasileira, nele há contribuições importantes para um paralelo das transformações ditas na sociedade brasileira através de termos como ralé e batalhadores.

A partir de todas essas perspectivas, podemos analisar as falas dos estudantes dos quatro cursos que foram criados na IES estudada a partir do programa REUNI. A partir das respostas obtidas podemos analisar o perfil socioeconômico dos estudantes noturnos e percebeu uma modificação e mescla do perfil dos estudantes, entretanto essa diversidade não se fez presente em todos os cursos, as motivações do ingresso desses estudantes no ensino superior, nesse pudemos entender que há diversos fatores que contribuem para a formação ideológica e perspectivas futuras desses estudantes em relação ao ensino superior e curso frequentado, um desses fatores se dá pela trajetória familiar, neste tópico compreendeu que há diferentes concepções sobre educação e sobretudo muita esperança na fala dos respondentes dos cursos, a educação como força motriz para uma estabilidade financeira e em decorrência uma mobilidade social, não só do estudante, mas também de seus familiares.

Como terceiro tópico temos as tipologias utilizadas pela Rommanneli (1995) que propõe três tipos de estudante: estudante em período integral, estudante trabalhador e trabalhador estudante, através de cada tipologia há uma trajetória distinta do ensino superior, através das políticas de expansão e afirmativa mencionadas ao longo trabalho, entendeu-se que o perfil em predominância no ensino superior são estudantes que não possuem atividade remunerada como principal fator e isso se dá muito em razão as políticas institucionais como bolsas que auxiliam na trajetória de grande parte dos

estudantes, além de uma contribuição familiar para que o processo de ensino e formação do estudante se dê em primeiro plano.

Por último discutimos se toda a conjuntura descrita se fez efetiva para a democratização do acesso ao ensino superior, neste tópico concluímos que por mais que houve as políticas de expansão e inclusivas, e a partir delas houve a integração de parte da sociedade que não se enxergava nesses espaços em decorrência da naturalização das desigualdades sociais, ainda há a manutenção de privilégios na forma de funcionamento do sistema de ensino, há muitas atividades de reforço e complementação do ensino ofertado no período noturno que se dá no período integral, dessa maneira se torna excludente e limitada a formação daqueles estudantes que possuem apenas o período noturno para estarem no espaço educacional.

Nesse sentido, conclui-se que a democratização não ocorre em seu sentido pleno, ainda há a manutenção de privilégios ao não possibilidades a todos os estudantes o ensino de modo amplo e irrestrito, em decorrência dessa desigualdade se legitima um discurso meritocráticos em que coloca as pessoas com restrições de se dedicarem exclusivamente a sua trajetória educacional, indivíduos sem dom e, portanto, com dificuldades de alcançarem êxito durante o processo educacional

De forma conclusiva proponho uma reflexão de fatores a serem melhorados neste trabalho, possivelmente em trabalhos posteriores, como: questões relacionadas às cotas e seus desdobramentos numa perspectiva de democratização do acesso ao ensino superior, também inseridas nas instituições de ensino na mesma época em que as políticas expansionistas. Uma descrição maior do perfil dos estudantes como sua faixa etária, nesse sentido podemos caracterizar mais os estudantes que integram o ensino superior e sua trajetória educacional básica e a ruptura ou continuidade do ciclo educativo.

Em suma o presente trabalho compreende que houve progresso na oferta do ensino superior público, entretanto aspectos que dificultam parte desses estudantes a concluírem o processo educativo devem ser alinhados numa perspectiva mais ampla da concepção de democracia. Tal exemplo se dá no controle qualitativo e detalhado dos fatores levam os estudantes ao fenômeno de evasão no ensino superior, a partir dessa identificação de fatores se torna possível propor ações de melhoria na oferta e manutenção do ensino superior público brasileiro.

Como diversas vezes descrito por autores e reafirmada neste trabalho, a educação é um fator importante e imprescindível para uma mudança estrutural da sociedade brasileira, nesse sentido o Estado se faz fundamental para o formento dessa mudança através de políticas públicas. O progresso descrito feito pelo Estado nos últimos anos na consolidação da educação pública de qualidade se faz fundamental para uma sociedade cada vez mais igualitária. Esperamos que as novas concepções de Estado abarcado no governo eleito para os próximos anos não desfaça tais feitos e não retire a oportunidade de diversos brasileiros a um desenvolvimento social e econômico através da educação, que o ensino superior público seja palco de diversas transformações sócias como a inclusão de diferentes trajetórias sociais nesses espaços. Assim, mais uma vez, destacamos a importância das políticas de ação afirmativa neste contexto de democratização de acesso e permanência no ensino superior público pelas classes populares.

Por fim, o presente trabalho buscou contribuir para a reflexão da reprodução do discurso dominante no ensino superior, como as instituições públicas e seus integrantes (corpo docente, discente e equipe administrativa) podem auxiliar na amenização dessa reprodução que tanto segrega as classes populares nesse ambiente. Cabe acrescentar nesta reflexão se apenas o Estado como propulsor da sociedade tem o papel através das políticas públicas criar mecanismos de formentar a educação superior pública de qualidade ou se nós como integrantes desse sistema de ensino temos também o papel de contribuir para uma educação mais democrática. Assim, o nosso papel de democratização ou manutenção dos privilégios.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R. L. Pierre Bourdieu: A Transformação social no contexto de “A Reprodução” Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): 139-155, jan./jun. 2005.
- ALMEIDA, S.S. Uma breve análise sobre a expansão do ensino superior privado nos governos FHC e Lula e a efetivação do direito à educação superior. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/19-Silvana-Santos-Almeida_Uma-breve-analise-sobre-a-expansao.pdf>. Acesso em 19 de março 2018.
- BOURDIEU, P; PASSERON, C. J. A Reprodução. 2º Ed. Rio de Janeiro: Ed S.A, 1982. 238 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 Novembro 2017.
- CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira de. A Educação Superior. 2015.<[HTTPS://www.researchgate.net/publication/268430084_A_Educacao_Superior](https://www.researchgate.net/publication/268430084_A_Educacao_Superior)> acesso em: 23 de novembro de 2017.
- CISLAGHI, F.J. Análise do REUNI: uma nova expressão da contra reforma universitária brasileira. 2010. 189 p. Dissertação – Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2010.
- COSTA, C. L. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 11, número 1 (17), 49-79, 2000.
- COSTA, ET AL. Financiamento público e a expansão da educação superior no Brasil: O Reuni e as perspectivas pelo Reuni 2. Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013.
- CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado. Educação e Sociedade, Campinas, v.25, n.88, p. 795-817, Outubro, 2004.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do PROVÃO ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da educação superior**, vol.15, num.1, março, 2010, p. 195-224. Universidade de Sorocaba, Brasil.
- DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.31, n.113, Outubro/Dezembro 2010, p.1223-1245.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v.18, n.1, p.107 – 126, mar.2013.

DOURADO, F. L. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação Sociedade**, Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p.234-252. ESIC. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx?ReturnUrl=%2fsistema%2f>> Acesso em: 26 fev. de 2018.

FOLHA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1636222-cresce-a-oferta-de-cursos-em-que-o-aluno-elabora-o-proprio-curriculo.shtml>> Acesso em: 26 fev. de 2018.

FUVEST. Disponível em: <http://acervo.fuvest.br/fuvest/2017/FUVEST_2017_qase_1matr_car_fuvest_2017.pdf> . Acesso em: 26 fev. de 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º Ed. São Paulo. Ed. Atlas AS, 2008. 200 p.

JORNAL NEXO. O livro que criou o termo “meritocracia” é uma distopia. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/06/O-livro-que-criou-o-termo-%E2%80%98meritocracia%E2%80%99-%C3%A9-uma-distopia>. Acesso em 17 de Julho de 2018.

LIMA, C. L; AZEVEDO, N. L. M. CATANI, M. A. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas Sorocaba, SP. vol.13, num.1, p. 7-36..março, 2008.

NETTO, P.J. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 8º ed. São Paulo. Editora CORTEZ. 334p.

OLIVEIRA, P. R. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, v.30, n.108, outubro, 2009, p. 739-760. Centro de Estudos Educação e Sociedade – Campinas.

REUNI EXPANSÃO. Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br/expansao>>>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

ROBERTO. O Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: O caso Reuni na universidade federal de Viçosa. APGS, Viçosa, Vol. 3, n. 3, pp. 300-323, jul./set. 2011

RODRIGUES, H Rosângela. Análise de gênero do discurso na teoria Bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004.

ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas média. 17º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.(ANPEd), em outubro de 1994.

ROSENDO, P. A. A Reprodução – Recensão, Covilha, 2009. Coleções Recensões Lusosofia.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação, vol. 15, n. 44, maio/agosto, 2010, p. 380-393. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.26, n.90, Janeiro/Abril 2005, p.191-222.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.29, n.105, Setembro/Dezembro 2008, p.991-1022.

SOUZA, L. Z. S; OLIVEIRA. P. R. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.24, n.84, Setembro 2003, p.873-895.

TERRIBLI, F. A, NERY, Ana Clara Bortoleto. Ensino Superior Noturno no Brasil: histórias, atores e políticas. RBPAAE – v.25, n.1, p. 61-81, jan./abr. 2009

TERRIBLI, F. A. **Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante.** 2007. 186 p. Tese (doutorado)UNESP/FFC, Marília,2007.

YIN, Roberto. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: RecordBookman, 2001. Título original: Case study research: design and methods.

7. APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO

ATENÇÃO:

A veracidade das respostas torna a pesquisa melhor fundamentada para o estudo que será feito.

Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais!

DADOS PESSOAIS

Nome:	(opcional)				
Curso:					
Período					
Contato:	(opcional)				
E-mail:	(opcional)				
Seu sexo:	Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>				
Cor/etnia:	<input type="checkbox"/> Branco (a).	<input type="checkbox"/> Pardo(a)	<input type="checkbox"/> Negro(a)).	<input type="checkbox"/> Amarelo(a) .	<input type="checkbox"/> Indígena
Qual seu estado civil?					
<input type="checkbox"/> Solteiro(a). <input type="checkbox"/> Viúvo(a). <input type="checkbox"/> Casado(a). <input type="checkbox"/> União estável. <input type="checkbox"/> Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).					

DADOS SOCIOECONÔMICOS

Onde você nasceu?
Onde você morava antes de ingressar na Universidade?
Onde e como você mora atualmente? <input type="checkbox"/> Em casa ou apartamento, com sua

família.

Em casa ou apartamento, sozinho(a).

Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).

Em casa de outros familiares

Em casa de

amigos

Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república, etc.

Em casa/apto, mantidos pela família para moradia do estudante

Outra situação, qual?

Quem mora com você?

Moro sozinho(a)

Pai Mãe

Esposa / marido / companheiro(a)

Filhos

Irmãos

Outros parentes

Amigos ou colegas

Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo você)

Duas pessoas. Três pessoas. Quatro pessoas. Cinco pessoas.

Seis pessoas. Mais de 6 pessoas. Moro sozinho.

Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à Universidade?

A pé/carona/bicicleta.

Transporte coletivo.

Transporte escolar.

Transporte próprio(carro/moto).

Qual é a sua participação na vida econômica de sua família?

Você não trabalha e seus gastos são custeados.

Você trabalha e é independente financeiramente.

Você trabalha, mas não é independente financeiramente.

Você trabalha e é responsável pelo sustento da família.

Você desenvolva alguma atividade remunerada?

Sim. Não.

Qual o vínculo?

Estágio. Emprego fixo particular.

Emprego autônomo.

Emprego fixo federal/estadual/municipal. Bolsa remunerada

Qual sua renda mensal familiar?

Nenhuma.

Até 03 salários mínimos (até \$2,862.00).

de 03 até 05 salários mínimos (de \$2.862.00 até \$4.770.00).

de 05 até 08 salários mínimos (de \$4.770.00 até \$7.632.00).

Superior a 08 salários mínimos (superior a \$7.632.00).

Benefício social governamental, qual? _____ valor atual: _____

Onde você freqüentou o Ensino Fundamental?

Todo em escola pública.

Todo em escola particular com bolsa.

Maior parte em escola particular.

Maior parte em escola pública.

Maior parte em escola particular com bolsa.

Todo em escola particular.

Onde você freqüentou o Ensino Médio?

Todo em escola pública.

Todo em escola particular com bolsa.

Maior parte em escola particular.

Maior parte em escola pública.

Maior parte em escola particular com bolsa.

Todo em escola particular.

Você freqüentou curso pré-vestibular?

Sim.

Não.

Em caso afirmativo:

Particular.

Particular com bolsa parcial.

Particular com bolsa integral.

Público.

Quem é a pessoa que mais contribui na renda familiar?

Você mesmo. Cônjuge /Companheiro(a). Pai. Mãe.

Outra pessoa. Qual?

Quantidade de pessoas que vivem da renda mensal familiar (incluindo você)

Uma. Duas. Três. Quatro. Cinco ou mais.

A casa em que sua família reside é:

Emprestada ou cedida.

Própria em pagamento.

Alugada:

Própria já quitada.

Escolaridade do Pai

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós Graduação
Escolaridade do Mãe <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós Graduação
Use este espaço para alguma observação que julgue necessária:

QUESTIONÁRIO SOBRE A GRADUAÇÃO
Calouros: questões 1;4;9 e 10.

1 - Qual foi o motivo que te levou a fazer o ingresso no ensino superior?

2-Em relação ao curso escolhido você tem alguma expectativa formada após a sua graduação?

3-As suas expectativas em relação ao curso foram atendidas?

4-Você sempre quis ingressar no curso que está atualmente ou gostaria de outro curso dentro da universidade. Qual? Por quê?

5-Você como estudante de curso noturno, teve alguma dificuldade em relação: a aprendizagem, acesso a serviços administrativos, relação com os professores? Outros?

6-Ao longo de toda a graduação, quais foram suas maiores dificuldades?

7-Já pensou em trancar ou desistir do curso por conta das dificuldades elencadas?
8-A universidade auxilia de alguma maneira para que você permaneça estudando?
9 - Você teve incentivo da sua família para ingressar no ensino superior?
10 - Durante sua trajetória escolar, qual foi a participação da sua família nela?

Use este espaço para alguma observação que julgue necessária: